



MRS Logística S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009



MRS Logística S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	4-5
Balanços patrimoniais	6-7
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10-11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13- 84



Aos

Conselho de Administração e Acionistas
MRS Logística S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

7. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7



MRS LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E 1º JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2010</u>	<u>Reapresentado 2009</u>	<u>Reapresentado 1º janeiro de 2009</u>
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	405.010	408.885	407.451
Contas a receber de clientes	6	18.954	20.976	92.579
Partes relacionadas	7	118.948	460.521	229.949
Títulos a receber	8	52.091	-	-
Demais contas a receber		876	706	649
Estoques	9	120.890	64.338	55.381
Tributos a recuperar	10	297.086	196.700	273.357
Despesas antecipadas		327	253	978
Adiantamento de arrendamento	11	8.817	8.817	8.817
Adiantamento a terceiros	12	9.590	7.365	8.724
Instrumentos financeiros	34	-	-	25.957
Total do ativo circulante		<u>1.032.589</u>	<u>1.168.561</u>	<u>1.103.842</u>
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Outras contas a receber		453	453	453
Tributos diferidos	13	130.016	134.205	23.062
Despesas antecipadas		-	391	-
Partes relacionadas	7	-	335.046	381.994
Tributos a recuperar	10	81.330	52.020	67.787
Adiantamento de arrendamento	11	132.237	141.054	149.872
Despesa antecipada arrendamento	11	35.582	30.161	28.144
Depósitos judiciais	14	61.556	52.420	31.048
Investimento audiovisual		4.476	6.404	4.451
Instrumentos financeiros	34	-	-	22.740
Total do realizável a longo prazo		<u>445.650</u>	<u>752.154</u>	<u>709.551</u>
Permanente				
Imobilizado	15	3.225.675	2.850.852	2.812.299
Intangível	16	74.775	41.257	46.829
Total do permanente		<u>3.300.450</u>	<u>2.892.109</u>	<u>2.859.128</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.746.100</u>	<u>3.644.263</u>	<u>3.568.679</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>4.778.689</u></u>	<u><u>4.812.824</u></u>	<u><u>4.672.521</u></u>

(Continua)



MRS LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 e 1º JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	2010	Reapresentado 2009	Reapresentado 1º janeiro de 2009
CIRCULANTE				
Obrigações sociais e trabalhistas	17	67.103	45.700	41.241
Fornecedores		161.341	90.412	216.015
Obrigações fiscais	18	187.109	514.574	450.716
Empréstimos e financiamentos	19	238.206	192.562	246.557
Instrumentos financeiros	34	81.919	93.565	-
Debêntures	20	14.508	-	-
Financiamento por arrendamento financeiro	21	1.090	1.827	4.434
Débitos com partes relacionadas	7	18.680	79.128	1.490
Dividendos a pagar		1.697	1.117	22.060
Dividendos mínimo obrigatório a pagar	22	104.222	143.861	158.657
Concessão e arrendamento a pagar	23	45.542	41.755	42.428
Adiantamento de cliente		5.617	15.917	14.476
Demais contas a pagar		5.005	5.561	5.934
Provisões		44.652	42.326	24.133
Total do passivo circulante		<u>976.691</u>	<u>1.268.305</u>	<u>1.228.141</u>
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	19	1.228.437	1.031.404	1.094.117
Instrumentos financeiros	34	790	56.297	-
Debêntures	20	297.176	-	-
Obrigações fiscais	18	2.432	477.581	490.657
Concessão e arrendamento a pagar	23	74.202	72.352	77.907
Tributos diferidos	13	38.745	2.624	2.588
Provisões para contingências	25	155.850	90.642	68.717
Total do exigível a longo prazo		<u>1.797.632</u>	<u>1.730.900</u>	<u>1.733.986</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	26	913.200	913.200	913.200
Destinação de reserva para aumento de capital	26	37.000	-	-
Reservas de lucro	18	949.944	756.558	638.537
Reserva legal	26.c	120.096	98.154	67.867
Reserva para investimentos	26.d	829.848	658.404	570.670
Dividendo adicional proposto	22	104.222	143.861	158.657
Total do patrimônio líquido		<u>2.004.366</u>	<u>1.813.619</u>	<u>1.710.394</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>4.778.689</u></u>	<u><u>4.812.824</u></u>	<u><u>4.672.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para publicação, conforme abaixo:

Elvira Cavalcanti
Diretora Financeira

Luciana Manganeli Lopes Viggiano
Contadora



MRS LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por mil ações do capital social)

	Nota explicativa	2010	Reapresentado 2009
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	28	2.247.128	2.275.977
Custo dos serviços prestados	29	(1.326.483)	(1.229.243)
LUCRO BRUTO		<u>920.645</u>	<u>1.046.734</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	30	(7.211)	(6.097)
Despesas gerais e administrativas	31	(154.260)	(117.316)
Perda pela não recuperabilidade de ativos	15/32	(61.990)	-
Outras receitas operacionais	32	85.302	112.731
Outras despesas operacionais	32	(169.755)	(96.957)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		612.731	939.095
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	33	346.292	309.000
Despesas financeiras	33	(304.153)	(360.958)
		<u>42.139</u>	<u>(51.958)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		654.870	887.137
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	35	(175.730)	(392.503)
Diferido	35	(40.310)	111.108
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>438.830</u>	<u>605.742</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	18	<u>340.000</u>	<u>340.000</u>
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$		<u>1.290,68</u>	<u>1.781,59</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA	27	1,24	1,71
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO PREFERENCIAL - A e B	27	1,36	1,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MRS LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de 1.000 ações)

	Nota explicativa	Capital social	Destinação para Aumento do Capital Social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção para investimentos	Total			
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (reapresentado)		913.200	-	67.867	570.670	638.537	158.657	-	1.710.394
Aumento de capital	26.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação dos dividendos propostos							(158.657)		(158.657)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	605.730	605.730
Ajustes lucro do exercício 2009 - Novos CPC's	3.h	-	-	-	-	-	-	12	12
Destinação do resultado									
. Reserva legal	26.c	-	-	30.287	-	30.287	-	(30.287)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	-	(143.861)	(143.861)
. Dividendos intermediários		-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	-	(200.000)
. Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	-	143.861	(143.861)	-
. Retenção para investimentos	26.d	-	-	-	287.734	287.734	-	(287.734)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (reapresentado)		913.200	-	98.154	658.404	756.558	143.861	-	1.813.619
Destinação para Aumento de Capital	26.a	-	37.000	-	(37.000)	(37.000)	-	-	-
Aprovação dos dividendos propostos							(143.861)	-	(143.861)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	438.830	438.830
Destinação do resultado									
. Reserva legal	26.c	-	-	21.942	-	21.942	-	(21.942)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	-	(104.222)	(104.222)
. Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	-	104.222	(104.222)	-
. Retenção para investimentos	26.d	-	-	-	208.444	208.444	-	(208.444)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2010		913.200	37.000	120.096	829.848	949.944	104.222	-	2.004.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MRS LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		438.830	605.742
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29/31	195.615	290.612
Crédito de Cofins sobre depreciação		41.291	47.045
Variações monetárias, cambiais e encargos financeiros	33	63.239	(120.285)
Variações cambiais de swap	33	59.440	191.526
Juros/variação monetária de debêntures	33	19.962	-
Variações monetárias, cambiais, encargos financiamento leasing	33	185	241
Variações monetárias contas a receber com Partes Relacionadas	33	73.813	(49.286)
Variações monetárias e deságio com precatórios	8	(10.116)	-
Juros parcelamento tributário	18/33	36.443	65.130
Valor residual do ativo permanente baixado	15	1.325	(1.810)
Valor residual investimento permanente baixado		3.344	2.326
Amortização do adiantamento por concessão e arrendamento	11/16	9.261	9.261
Variação monetária sobre adiantamento por concessão e arrendamento	11/16	(5.706)	(2.122)
Imposto de renda diferido	35	40.310	(111.108)
Baixa dividendos prescritos		(60)	(54)
Amortização custo de transação empréstimos	19	2.451	2.553
Amortização custo de transação debêntures	20	75	-
Provisão para perda de ativo	15/32	61.990	-
Provisão para contingências	25/32	65.208	21.925
Provisão para devedores duvidosos		-	(382)
Amortização de despesas antecipadas		12.447	14.044
		<u>670.517</u>	<u>359.616</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	2.022	71.985
Créditos com partes relacionadas	7	602.806	(134.338)
Títulos a receber	8	(41.975)	-
Estoques	9	(56.552)	(8.957)
Impostos a recuperar	10	(129.696)	92.424
Despesas antecipadas		(12.130)	(13.710)
Adiantamento a terceiros	12	(2.225)	1.359
Depósitos judiciais	14	(9.136)	(21.372)
Outras contas a receber		(170)	(56)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Concessão e arrendamento a pagar	23	5.637	(6.228)
Fornecedores		70.929	(125.603)
Débitos com partes relacionadas	7	(60.448)	77.638
Obrigações fiscais	18	(625.070)	148.817
Pagamentos IR/ CSL	18	(213.987)	(163.165)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	21.403	4.459
Adiantamentos de clientes		(10.300)	1.441
Custo transação de empréstimos e financiamentos	19	(293)	(290)
Custo de transação de debêntures	20	(3.241)	(9.238)
Demais contas a pagar		1.771	18.111
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>648.692</u>	<u>898.635</u>

MRS LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2009	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições do imobilizado	15	(657.692)	(364.037)
Adições do investimento		(1.416)	(4.279)
Adições de intangível	16	(51.029)	(5.130)
Caixa líquido atividades de investimento		<u>(710.137)</u>	<u>(373.446)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos		446.888	313.680
Pagamento empréstimos e financiamentos		(185.906)	(222.156)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos		(83.703)	(81.262)
Operações de leasing financeiro	21	(922)	(2.848)
Liquidações de <i>swap</i>		(126.593)	7.033
Dividendos pagos		(287.082)	(538.202)
Debêntures	20	300.000	-
Pagamento de juros de debêntures		(5.112)	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>57.570</u>	<u>(523.755)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES		<u>(3.875)</u>	<u>1.434</u>
DISPONIBILIDADES			
Saldo inicial		408.885	407.451
Saldo final		405.010	408.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MRS LOGÍSTICA S.A

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2010	2009
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	28	2.485.335	2.603.037
Outras vendas		85.302	112.731
		<u>2.570.637</u>	<u>2.715.768</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo Prod., Mercs e Servs Vendidos	29	1.067.425	826.495
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	30/31	23.611	23.920
Perda/recuperação de valores ativos	32	62.528	286
		<u>1.153.564</u>	<u>850.701</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>1.417.073</u>	<u>1.865.067</u>
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	29/31	<u>195.615</u>	<u>290.612</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>1.221.458</u>	<u>1.574.455</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	33	<u>346.292</u>	<u>309.000</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>1.567.750</u>	<u>1.883.455</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos	29/30/31	318.607	239.307
Impostos, taxas e contribuições		502.084	676.909
Juros e Aluguéis		308.229	361.497
Juros s/ capital próprio e dividendos	26.e	104.222	143.861
Lucros retidos/prejuízo do exercício	26.e	334.608	461.881
		<u>1.567.750</u>	<u>1.883.455</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A “MRS” é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; ou (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2010, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas aplicáveis às concessionárias de serviço de transporte ferroviário definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

A Lei 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/09, modificaram a Lei 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2008.

Durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 603/09, a Administração da Companhia optou por adotar os novos pronunciamentos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Dessa forma, na preparação e apresentação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi necessário proceder a alguns ajustes ou alterações na interpretação, avaliação, contabilização, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, detalhados na nota explicativa 4.

A demonstração de resultados abrangentes não está sendo divulgada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações financeiras da MRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2011.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposto em contrário.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável (vide relação das outras receitas operacionais na nota explicativa 14).

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação:

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38.

Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, basicamente representados por contas a receber de clientes pela prestação de serviços e/ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros (vide nota 33).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

c) *Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d) *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.

e) *Estoques*

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

f) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) *Provisões*

Geral



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Obrigação por desativação de ativos

A provisão para custos de desativação de ativos surgiu na fixação de torre de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do seu valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais.

h) Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, desde que seja provável que o lucro tributável possa absorver as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributários ainda não utilizados.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis serão suficientes para absorver o ativo tributário diferido, total ou parcialmente. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos sempre que se tornar provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados usando-se a taxa de imposto esperada para aplicação no ano em que o ativo será realizado, ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de 25% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social, vigentes na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e também se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e estão sujeitos à mesma autoridade tributária.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, da base de cálculo desses tributos.

j) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

k) Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia amortiza os *softwares* e os sistemas computadorizados à taxa de 20% ao ano, levando em consideração a vida útil-econômica dos bens.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

m) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

n) Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento, conforme Notas Explicativas nº. 11 e nº. 23. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

A concessão está registrada da seguinte forma:

- a primeira parcela, paga à vista quando da liquidação financeira do leilão, referente ao direito de outorga (contrato de concessão), está registrada no ativo intangível em contra partida do caixa. O ativo é amortizado durante o prazo da concessão;

- as demais parcelas da concessão que foram pagas trimestralmente pela Companhia e que serão apropriadas ao resultado nos últimos cinco meses do contrato (julho de 2026 a 1º de dezembro de 2026) estão registradas no ativo intangível, visto que a última parcela vence no dia 15 de julho de 2026. A contrapartida é o passivo que é corrigido e baixado pelos pagamentos.

Quando da aquisição da concessão, a Companhia celebrou contrato de arrendamentos de infraestrutura (basicamente trecho da concessão) e de material rodante, o qual foi classificado como operacional com base na avaliação dos termos e condições do contrato. As obrigações associadas são registradas linearmente de acordo com os prazos da concessão (360 meses).

Adiantamentos do arrendamento operacional são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão. A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

o) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Por ser um plano de contribuição definida, não existem passivos atuariais.

A Companhia concede também benefício de assistência à saúde pós-emprego a funcionários, conforme Lei 9.656/98. O custeio dos benefícios concedidos nos planos de contribuição definida



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

é estabelecido separadamente para cada plano. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, como receita ou despesa no resultado do exercício.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de aposentadoria.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode eventualmente levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e também em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota 13.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Benefícios de Aposentadoria

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 24.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, tais como o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro de 2010 era de R\$187 (R\$172 em 31 de dezembro de 2009).

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais.

4. Adoção inicial dos CPC's

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras preparadas de acordo com todo o conjunto de normas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Conciliação do patrimônio líquido

Saldo em 1º de janeiro de 2009 segundo o BR anterior	1.551.827
Gastos de desativação capitalizados como custo dos correspondentes ativos (A)	(137)
Imposto diferido adicional calculado sobre gasto de desativação (D)	47
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 1º de janeiro de 2009	1.551.737
Parcela dos dividendos em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios não reconhecidos como obrigações legais segundo o ICPC 08 (B)	158.657
Saldo em 1º de janeiro de 2009 rerepresentado	1.710.394
Saldo em 31 de dezembro de 2009 segundo o BR anterior	1.669.835
Gastos de desativação capitalizados como custo dos correspondentes ativos (A)	(172)
Custos de empréstimos capitalizados em relação a ativos qualificáveis (C)	55
Imposto diferido adicional calculado sobre gasto de desativação e custos de empréstimos (D)	40
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009	1.669.758
Parcela dos dividendos em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios não reconhecidos como obrigações legais segundo o ICPC 08 (B)	143.861
Saldo em 31 de dezembro de 2009 rerepresentado	1.813.619



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A. Custos de desativação

Conforme CPC 27 – Ativo Imobilizado, os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo.

B. Dividendos a pagar

Segundo o ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Distribuição de Dividendos, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos em excesso ao mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2009 foram reconhecidos como ajuste para adoção inicial dos CPC's na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos da conta de dividendos propostos, no balanço patrimonial de 2009, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

C. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável devem, segundo o CPC 20 – Custo de Empréstimos, ser capitalizados como custo do ativo.

D. Imposto diferido

Os diversos ajustes de transição levam a diferenças temporárias, sobre as quais, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota 3, letra k, a Companhia deve contabilizar o imposto diferido correspondente. A fim de calcular o valor do imposto diferido, aplicou-se a taxa de 34%.

E. Adoção do valor justo como custo atribuído (deemed cost) para os ativos fixos

A administração da Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído (*deemed cost*) por considerar que seus valores líquidos em 1º de janeiro de 2009, tal como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, já atendiam de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27. Consequentemente, não divergiam significativamente daqueles que seriam obtidos caso fossem apresentados a valor justo e considerando ainda que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

F. Revisão da vida útil dos ativos

A vida útil dos principais ativos da Companhia foi revisada em 2010 seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. A depreciação do período findo em 31 de dezembro de 2010, após adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010 desse pronunciamento, foi de R\$195.615. Caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança, o valor da depreciação do exercício seria de R\$306.689.

Foram efetuadas revisões na vida útil de locomotivas, vagões e via permanente, os quais representam 87% do total dos ativos da Companhia.

G. Estimativas

Exceto pela mudança de estimativa associada à revisão da vida útil dos ativos imobilizados, a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas em 1º de janeiro de 2009.

H. Reclassificações

Visando adequar a forma de apresentação:

- i. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo que antes eram apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.
- ii. O contas a receber e a pagar de Partes Relacionadas que antes eram classificados nas rubricas de clientes e fornecedores, respectivamente, foram transferidos para a rubrica Partes Relacionadas no ativo e passivo circulantes.

Conciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Lucro líquido em 31 de dezembro de 2009 segundo o BR anterior	605.730
Gastos de desativação capitalizados como custo dos correspondentes ativos (A)	(36)
Custos de empréstimos capitalizados em relação a ativos qualificáveis (C)	55
Imposto diferido adicional calculado sobre o gasto de desativação e custos de empréstimos (D)	(7)
Efeito líquido decorrente da aplicação de novos critérios contábeis em 31 de dezembro de 2009	12
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2009 reapresentado	<u>605.742</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Caixa e depósitos bancários	4.485	3.893	3.927
Títulos de liquidez imediata	378.718	399.635	397.149
Aplicações financeiras disponíveis no exterior	3.984	4.153	5.584
Aplicações financeiras vinculadas	17.823	1.204	791
	405.010	408.885	407.451

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações disponíveis no exterior, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão compostas pelas seguintes operações:

Tipo	Emitente	Data de Emissão	Data de Vencimento	2010	2009	Em 1º Janeiro de 2009		
Aplicações com Liquidez em Curto Prazo								
CDB	ABC Brasil	dez/07	a mar/10	mar/09	a mar/11	87	2.247	21
CDB	ABN	set/08	a set/08	jan/09	a set/10	-	126	21.029
Debêntures	ABN	out/08	a nov/08	mar/09	a set/10	-	11.034	23.875
CDB	Alfa	dez/08	a abr/10	dez/09	a abr/12	2	86	3.654
CDB	BNP	out/08	a dez/10	jan/09	a dez/11	40.172	24.761	18.029
BOX	BNP	ago/08	a ago/08	jan/09	a jan/09	-	-	15.798
Debêntures	Bradesco	out/06	a set/09	jun/09	a set/11	472	79.468	82.320
CDB	CGD	mai/09	a dez/10	jan/10	a dez/12	43.680	16.925	-
CDB	Citibank	nov/09	a nov/09	jan/10	a jan/10	-	16.899	-
CDB	Daycoval	set/10	a set/10	set/12	a set/12	47	-	-
CDB	Deutsche	dez/08	a dez/08	jan/09	a jan/09	-	-	38.780
CDB	Banif	jul/08	a out/10	jul/09	a jul/11	3.120	9.902	18
CDB	Itaú BBA	fev/09	a fev/09	jan/11	a jan/11	36	47	-
Debêntures	Itaú BBA	fev/07	a dez/10	fev/09	a dez/12	31.178	43.708	94
CDB	Pactual	mai/08	a jun/10	fev/10	a jun/11	1.127	10.907	48
Debêntures	Safra	out/08	a dez/10	out/09	a mar/11	59.195	1.104	15.176
Debêntures	Santander	out/08	a nov/10	jan/09	a nov/12	9.428	-	35.225
CDB	Sofisa	fev/08	a ago/10	jan/09	a fev/12	3.690	2.234	180
	Société							
CDB	Générale	mai/08	a nov/09	jan/10	a jun/11	335	13.225	280
CDB	Votorantim	out/10	a out/10	out/11	a out/11	55	-	-
Debêntures	Votorantim	jul/08	a dez/10	jan/09	a dez/11	46.626	67.412	18.115
CDB	WestLB	out/08	a dez/10	fev/09	a dez/12	33.467	32.664	28.549
CDB	BES	abr/09	a dez/10	jul/10	a mai/12	51.092	23.960	-
CDB	Caixa	dez/10	a dez/10	nov/12	a dez/12	40.081	-	-
CDB	HSBC	nov/08	a dez/08	jan/09	a dez/11	14.789	40.393	59.051
CDB	Unibanco	out/08	a dez/08	jan/09	a out/10	-	2.018	17.854
Debêntures	Unibanco	jan/08	a dez/08	jan/09	a jan/11	39	515	19.053
						378.718	399.635	397.149



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Aplicações Disponíveis no Exterior

CD	Safra NY	dez/08	a	dez/08	jan/09	a	jan/09	-	-	5.584
IBF	Safra NY	dez/09	a	dez/10	jan/10	a	jan/11	3.984	4.153	-
								3.984	4.153	5.584

Aplicações Financeiras Vinculadas

Debêntures	Unibanco	jan/09	a	dez/10	dez/10	a	dez/12	-	1.204	791
Debêntures	Itaú BBA	jan/09	a	dez/10	dez/10	a	dez/12	17.823	-	-
								17.823	1.204	791
								400.525	404.992	403.524

Do total de R\$400.525 (R\$404.992 em 2009 e R\$403.524 em 1º de janeiro de 2009) das aplicações, têm-se:

- i. R\$378.718 (R\$399.635 em 2009 e R\$397.149 em 1º de janeiro de 2009) aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil com liquidez em até 45 dias, podendo ser resgatados antes do vencimento dos títulos, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são lastreadas em CDB e debêntures (operação compromissada), com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, encontrando-se na faixa entre 98,00% e 107,00%.
- ii. R\$3.984 (R\$4.153 em 2009 e R\$5.584 em 1º de janeiro de 2009) em aplicações financeiras disponíveis no exterior, em 31 de dezembro de 2010, representadas por depósitos a prazo com remuneração média de 0,25% ao ano.
- iii. Aplicações financeiras no montante de R\$17.823 (R\$1.204 em 2009 e R\$791 em 1º de janeiro de 2009), lastreadas em debêntures (operação compromissada), vinculadas aos financiamentos do BNDES relativos ao FINEM e ao DULC, sendo, portanto, parte da garantia da operação.

Classifica-se o total das aplicações de R\$400.525 como mantido para negociação, dentro da política de gestão do caixa da Companhia, ou seja, com a possibilidade de venda ou de recompra no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares.

6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes no valor de R\$18.954 em 31 de dezembro de 2010 (R\$20.976 em 31 de dezembro de 2009 e R\$92.579 em 1º de janeiro de 2009) está representado basicamente pelos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário e venda de sucata.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Controladores

A Companhia possui como acionistas Minerações Brasileiras Reunidas - “MBR”, Companhia Siderúrgica Nacional - “CSN”, Nacional Minérios, Usiminas, Vale e Gerdau. O Acordo de acionistas efetuado entre eles estabelece o controle compartilhado da Companhia.

As transações com as controladoras estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas em prazos e condições normais de mercado. De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Companhia a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que estes tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

Os principais saldos e transações com os acionistas e empresas ligadas, decorrentes do transporte ferroviário, podem ser demonstrados como segue:

	Contas a receber			Receitas de serviços (*)	
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009
<u>Controladores:</u>					
VALE / MBR (a)	33.392	642.574	498.856	864.075	993.055
CSN (a)	34.841	108.677	37.606	351.132	349.573
USIMINAS	31.834	29.105	11.244	298.348	283.247
NACIONAL MINÉRIOS (a)	15.414	13.190	60.668	277.545	258.539
GERDAU	3.467	2.021	3.569	80.506	59.589
	118.948	795.567	611.943	1.871.606	1.944.003
Circulante	118.948	460.521	229.949		
Não Circulante	-	335.046	381.994		

(*) Apresentada bruta de impostos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Adiantamentos de clientes			Contas a pagar		
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
<u>Controladores:</u>						
VALE	232	342	69	1.742	43.638	1.333
CSN	21	69	-	16.048	11.975	25
USIMINAS	2	2	-	3	3	9
NACIONAL MINÉRIOS	41	1.834	-	-	21.092	-
GERDAU	591	113	54	-	60	-
	887	2.360	123	17.793	76.768	1.367

(a) Em junho de 2008, a MRS realizou faturamentos adicionais a tais clientes, por conta do repasse do aumento em seu custo de prestação do serviço. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 25 item "a", tal aumento foi verificado por conta dos efeitos da Anistia Fiscal concedida pelo Estado de Minas Gerais, instituída pelo Decreto 44.695 de 28/12/07. O repasse de tal custo foi efetuado com base nas regras de precificação das tarifas dos fluxos cativos, Modelagem Tarifária, devidamente aprovada através de Ata de Reunião do Conselho de 02 de fevereiro de 1998, que preconiza o repasse para as tarifas dos fluxos cativos, de todos os custos diretos, indiretos, fixos e variáveis incorridos pela MRS. Os contratos de prestação de serviços firmados entre a MRS e seus clientes, em sua cláusula oitava, fazem referência a tal Modelagem como forma de apuração das tarifas.

Os valores em questão montavam: R\$233.899 cobrado da Vale, sendo R\$187.925 referente ao faturamento e R\$45.974 referente à atualização monetária; R\$20.886 cobrado da CSN, sendo R\$16.246 referente ao faturamento e R\$4.640 referente à atualização monetária; R\$2.245 cobrado da Nacional Minérios sendo R\$1.746 referente ao faturamento e R\$499 referente à atualização monetária; e R\$309.272 cobrado da MBR sendo R\$243.693 referente ao faturamento e R\$65.579 referente à atualização monetária.

O contas a receber foi pago através de sinal de aproximadamente 9% do montante e o saldo restante dividido em 120 parcelas mensais, as quais eram atualizadas mensalmente pelo mesmo índice de atualização do parcelamento do débito fiscal (variação da taxa SELIC, de acordo com a Resolução 2.880/97). A primeira parcela venceu em 25 de julho de 2008.

Em 05 de maio de 2010, a Receita Estadual de Minas Gerais instituiu o Programa de Parcelamento Especial II (PPE II) através do Decreto 45.358/10. O saldo a pagar relativo ao parcelamento era de R\$547.459. Considerando que a adesão ao PPE II proporcionava um desconto no saldo da dívida na ordem de 45%, equivalentes a R\$265.402, a MRS formalizou o pedido de habilitação para adesão ao novo PPE em 30 de julho de 2010 e efetuou o pagamento da dívida, à vista, em 16 de agosto de 2010, no valor total de R\$314.209.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Conforme mencionado anteriormente, o repasse dos custos incorridos com a adesão ao PPE I foi baseado nas regras da Modelagem Tarifária, ou seja, repasse aos clientes dos custos efetivos da operação. Considerando que estes custos foram reduzidos por conta da adesão ao novo programa de parcelamento instituído pelo Decreto nº. 45.358/10 (PPE II), a MRS efetuou o repasse proporcional desta redução aos mesmos clientes. Segue um resumo das operações efetuadas:

- CSN e Nacional Minérios: Valor faturado em 2008 – R\$23.727 dividido em 120 (cento e vinte) parcelas, além do faturamento dos impostos no valor de R\$ 5.982. O valor das parcelas pagas no período de janeiro de 2009 a julho de 2010 foi de R\$11.716, equivalentes a 30 (trinta) parcelas. O saldo do contas a receber em julho de 2010 era de R\$23.131. Em agosto de 2010 a CSN efetuou o pagamento à vista no valor de R\$12.003 obtendo assim um desconto financeiro, referente às notas fiscais emitidas em 2008, nos seguintes valores: R\$10.210 para CSN e R\$1.097 para Nacional Minérios.

- Vale e MBR: Valor faturado em 2008 - R\$443.779 dividido em 120 (cento e vinte) parcelas, além do faturamento dos impostos no valor de R\$45.234. O valor da parcela paga em janeiro de 2009 foi de R\$57.395. O saldo do contas a receber em julho de 2010 era de R\$543.171. Em novembro de 2010 a MRS efetuou o cancelamento das notas emitidas e não quitadas e procedeu a novo faturamento nos seguintes valores: R\$186.829 para Vale e R\$137.720 para MBR. Ambas foram pagas em 15 de dezembro de 2010.

Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
<u>Curto prazo</u>			
Honorários e encargos	4.400	6.197	5.220
Bônus	2.084	2.661	2.559
<u>Longo prazo</u>			
Planos de previdência	227	183	167
	<u>6.711</u>	<u>9.041</u>	<u>7.946</u>

8. Títulos a receber

Em novembro de 2010 a MRS efetuou a compra de precatórios judiciais no valor de R\$51.167. Considerando a variação monetária no período, de R\$924, o valor totalizava R\$52.091 em 31 de dezembro de 2010. Os precatórios serão utilizados para quitar débitos à vista referentes ao ICMS



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

RJ (vide nota explicativa 25, letra "a"). Esta operação resultou em uma receita financeira de deságio no valor de R\$9.192.

9. Estoques

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Peças manutenção de locomotivas	56.951	31.989	36.983
Peças manutenção vagões	29.142	9.420	1.912
Materiais de via permanente	9.415	8.384	5.285
Importações em andamento	8.074	-	97
Materiais de manutenção eletrônica	4.847	4.506	5.264
Combustíveis	2.445	3.600	3.704
Outros	10.016	6.439	2.136
	<u>120.890</u>	<u>64.338</u>	<u>55.381</u>

O aumento de R\$56.552 nos estoques de 31 de dezembro de 2010 em relação a 31 de dezembro de 2009, está concentrado basicamente em materiais de manutenção de locomotivas e vagões (aumento de R\$44.684). Esta variação pode ser explicada pelo aumento do volume transportado em 2010 que provocou a intensificação do plano de manutenção, retesado em 2009 em função da crise mundial, visando a garantir a disponibilidade dos ativos e a confiabilidade do transporte ferroviário.

10. Tributos a recuperar

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Antecipação de IR e CS	195.182	119.948	204.385
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	133.908	104.519	104.868
PIS / COFINS a recuperar	43.908	6.841	-
Imposto de renda retido na fonte	3.573	16.060	27.305
Outros	1.845	1.352	4.586
	<u>378.416</u>	<u>248.720</u>	<u>341.144</u>
Circulante	297.086	196.700	273.357
Não circulante	81.330	52.020	67.787



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O saldo de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$195.182 (R\$119.948 em 31 de dezembro de 2009 e R\$204.385 em 1º de janeiro de 2009) refere-se às antecipações efetuadas no período em virtude da apuração de lucro real. O valor de R\$3.573 (R\$16.060 em 31 de dezembro de 2009 e R\$27.305 em 1º de janeiro de 2009) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e serviços.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, aos créditos desse imposto decorrentes das compras de vagões e *leasing* de locomotivas e das compras de itens de estoques, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.

Em função de Regime Especial concedido pelo Fisco em outubro de 2009 aos clientes Vale e Nacional Minérios, as receitas de frete sobre mercadorias destinadas ao mercado externo ficaram suspensas de PIS e Cofins. Por consequência, a MRS vem acumulando saldo credor, cujo valor é de R\$ 43.908 (R\$ 6.841 em 31 de dezembro de 2009).

11. Adiantamento de arrendamento

As parcelas do ativo circulante e não circulante, nos montantes de R\$8.817 e R\$167.819 (R\$8.817 e R\$171.215 em 2009 e R\$8.817 e R\$178.015 em 1º de janeiro de 2009), respectivamente, estão representadas pelos adiantamentos efetuados à RFFSA, conforme previsto no contrato de arrendamento.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$35.582 (R\$30.161 em 2009 e R\$28.144 em 1º de janeiro de 2009), apresentado como despesa antecipada no ativo não circulante, corresponde à parcela do arredamento já paga pela Companhia e respectiva atualização monetária. Tal despesa antecipada será apropriada ao resultado nos últimos cinco meses do contrato (julho de 2026 a 1º de dezembro de 2026), quando não haverá desembolso de caixa, visto que a última parcela será paga no dia 15 de julho de 2026.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Circulante	8.817	8.817	8.817
Não circulante	167.819	171.215	178.016



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

12. Adiantamento a Terceiros

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Adiantamento a Fornecedores	6.561	4.687	5.273
Adiantamento a Funcionários	<u>3.029</u>	<u>2.678</u>	<u>3.451</u>
	<u>9.590</u>	<u>7.365</u>	<u>8.724</u>

Os adiantamentos concedidos a funcionários referem-se a adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

13. Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2010		2009		Em 1º de janeiro de 2009
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total	Total
Diferenças temporárias					
Provisão contingências	38.962	14.026	52.988	30.819	23.363
Provisão perda ICMS	7.500	2.700	10.200	-	-
Provisão previdência privada/plano de saúde	18.277	6.579	24.856	30	3
Provisão ganhos/perdas financeiras	21.061	7.582	28.643	52.568	(20.176)
Provisões diversas	12.057	4.331	16.388	49.955	19.132
P&D depreciação acelerada 2008	(335)	-	(335)	-	-
P&D depreciação acelerada 2009	(43)	(15)	(58)	-	-
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	(3.647)	-	(3.647)	-	-
	<u>93.832</u>	<u>35.203</u>	<u>129.035</u>	<u>133.372</u>	<u>22.322</u>
Outras diferenças temporárias decorrentes dos ajustes da Lei 11.638/07					
Derivativos	43	15	58	-	108
Leasing vagões	634	228	863	774	585
Custo restauração	44	17	60	59	47
	<u>721</u>	<u>260</u>	<u>981</u>	<u>833</u>	<u>740</u>
Total Ativo Não Circulante	<u>94.553</u>	<u>35.463</u>	<u>130.016</u>	<u>134.205</u>	<u>23.062</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

Conforme instrução do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, foi transferido todo o saldo do diferido circulante para o não circulante. O Imposto de Renda possui um saldo de R\$ 104.174, sendo que R\$7.702 serão compensados em até 12 meses e R\$ 96.472 nos próximos exercícios. A Contribuição Social, por sua vez, possui um saldo de R\$ 38.926, sendo que R\$ 2.889 serão compensados em até 12 meses e R\$ 36.037 nos próximos exercícios.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2010	
	Imposto de renda	Contribuição social
Curto prazo	7.702	2.889
Longo prazo	96.472	36.037
	104.174	38.926

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido registrado no passivo, no valor de R\$38.745 (R\$2.624 em 2009 e R\$2.588 em 1º de janeiro de 2009), refere-se aos efeitos tributários dos seguintes ajustes:

	2010			2009	Em 1º de janeiro de 2009
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total	Total
IR/CS sobre diferenças					
11.638/07:					
Depreciação	26.600	9.576	36.176	-	
Leasing locomotivas e HP	1.203	433	1.636	1.560	2.588
Capitalização de juros	686	247	933	19	
Derivativos				1.045	
Total Passivo Não Circulante	28.489	10.256	38.745	2.624	2.588

Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória n.º 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei n.º 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”) ano-calendário 2008; Adicionalmente, em 24 de novembro de 2009 e 28 de julho de 2010, efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), criado pela Instrução Normativa n.º 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: 06 – Arrendamento Mercantil, 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, 20 - Custos de Empréstimos, 27 – Ativo Imobilizado (revisão de vida útil e custo de desativação), 38 - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
CPC 06 – Arrendamento Mercantil	2.274	2.312	5.891
CPC 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(177)	(172)	-
CPC 20 - Custos de Empréstimos	2.742	54	-
CPC 27 – Ativo Imobilizado Depreciação	106.401	-	-
CPC – 38 - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração	(171)	3.073	(318)
Total	111.069	5.267	5.573

14. Depósitos judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei, assim distribuídos:

	2010	2009	Em 1º janeiro de 2009
Cíveis	18.675	11.193	4.098
Tributárias	6.286	5.622	1.816
Trabalhistas	36.595	35.605	25.134
	61.556	52.420	31.048



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

15. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Bens imóveis	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total
Custo						
Em 01/01/2009	1.036.233	1.209.343	1.027.573	217.488	189.620	3.680.257
Adições	100.913	90.158	49.323	247.960	6.024	494.378
Transferências	66.554	40.206	18.293	(129.545)	4.492	-
Baixas	-	(4.743)	-	(124.499)	(1.100)	(130.342)
Em 31/12/2009	1.203.700	1.334.964	1.095.189	211.404	199.036	4.044.293
Adições	11	-	-	786.007	-	786.018
Transferências	162.639	71.850	124.884	(371.984)	12.611	-
Baixas	-	-	(1.429)	(189.058)	(1.155)	(191.642)
Em 31/12/2010	1.366.350	1.406.814	218.644	436.369	210.492	4.638.669
Depreciação						
Em 01/01/2009	(176.820)	(365.851)	(264.346)	-	(60.941)	(867.958)
Adições	(62.574)	(136.196)	(107.754)	-	(21.194)	(327.718)
Baixas	-	1.229	-	-	1.006	2.235
Em 31/12/2009	(239.394)	(500.818)	(372.100)	-	(81.129)	(1.193.441)
Adições	(88.844)	(61.451)	(48.606)	-	(22.094)	(220.995)
Baixas	-	-	519	-	923	1.442
Em 31/12/2010	(328.238)	(562.269)	(420.187)	-	(102.300)	(1.412.994)
Valor residual líquido						
Em 31/12/2010	1.038.112	844.545	798.457	436.369	108.192	3.225.675
Em 31/12/2009	964.306	834.146	723.089	211.404	117.907	2.850.852
Em 01/01/2009	859.413	843.492	763.227	217.488	128.679	2.812.299

Em 2010 foi feita a revisão da vida útil dos principais ativos da Companhia, representados pelos grupos de locomotivas, vagões e via permanente. Foram efetuados os ajustes de depreciação, prospectivamente, a partir de janeiro de 2010. Abaixo, demonstra-se a vida útil utilizada até 2009 e a nova vida útil a partir desta revisão.

	Vida útil em anos	
	2009	2010
Locomotivas	10	24
Vagões	10	30
Via permanente	18	15



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A seguir estão informadas as taxas anuais de depreciação dos principais grupos de ativos:

Grupos de Ativos	%	Vida útil (em anos)
Imóveis (Via permanente, pátios)	6,25	16
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Revisão geral de locomotivas	12,50	8
Vagões	3,33	30
Revisão geral de vagões	10,00	10
Veículos rodoviários	20,00	5
Esmerilhadora e carro de controle (TEV)	10,00	10
Equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

Custos de empréstimo capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de aproximadamente R\$2.688 (R\$55 em 31 de dezembro de 2009). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,71%, que representa a taxa média dos empréstimos da Companhia.

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$3.058 (R\$3.058 em 2009 e R\$58.904 em 1º de janeiro de 2009). O saldo líquido das despesas de depreciação é de R\$1.427 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.039 em 31 de dezembro de 2009 e R\$16.398 em 1º de janeiro de 2009).

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Provisão para perda do ativo

Iniciado em abril de 2006, o projeto SIACO - Sistema Integrado de Automação e Controle da Operação visava dar suporte à expansão da capacidade de produção da Companhia, através da modernização do Centro de Controle Operacional e da sinalização da malha ferroviária, além da instalação de um sistema de comunicação móvel de dados e de controle de bordo nos veículos ferroviários.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Durante os exercícios seguintes ocorreram diversos atrasos importantes no projeto devido aos desafios tecnológicos inerentes à sua complexidade e ineditismo mundial. Desta forma, em 2010 a Companhia reavaliou a estratégia adotada e tomou a decisão de redirecionar o projeto de sinalização. Como consequência desta decisão, parte dos investimentos já realizados não serão mais aproveitados.

Em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos foi constituída, em dezembro de 2010, a provisão para perdas deste ativo no valor de R\$61.990. O valor provisionado refere-se ao custo de aquisição dos ativos, líquidos dos efeitos da depreciação até a data de constituição desta provisão.

16. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Concessão	Software	Sistemas informatizados	Total
Custo				
Em 01/01/2009	13.334	3.461	73.444	90.239
Adições	107	494	4.639	5.240
Baixas	-	(3)	-	(3)
Em 31/12/2009	13.441	3.952	78.083	95.476
Adições	286	319	50.712	51.317
Baixas	-	(2)	-	(2)
Em 31/12/2010	13.727	4.269	128.795	146.791
Amortização				
Em 01/01/2009	(3.890)	(1.759)	(37.761)	(43.410)
Adições	(445)	(605)	(9.762)	(10.812)
Baixas	-	3	-	3
Em 31/12/2009	(4.335)	(2.361)	(47.523)	(54.219)
Adições	(445)	(629)	(16.725)	(17.799)
Baixas	-	2	-	2
Em 31/12/2010	(4.780)	(2.988)	(64.248)	(72.016)
Valor residual líquido				
Em 31/12/2010	8.947	1.281	64.547	74.775
Em 31/12/2009	9.106	1.591	30.560	41.257
Em 01/01/2009	9.444	1.702	35.683	46.829

No 1º trimestre de 2010, a Companhia concluiu o projeto de implantação do novo sistema ERP da MRS, denominado Oracle, anteriormente classificado como imobilizações em andamento, em substituição ao antigo sistema Baan.

A vida útil dos ativos intangíveis foi estimada em 20% ao ano.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A parcela da concessão no montante de R\$8.947 (R\$9.106 em 2009 e R\$9.444 em 1º de janeiro de 2009), está representada pelo adiantamento efetuado à União, conforme previsto no contrato de concessão.

A amortização da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
<u>Obrigações Sociais</u>			
INSS	7.352	3.609	2.503
INSS sobre férias e 13º salário	4.777	3.612	3.271
FGTS	1.665	1.312	1.289
FGTS sobre férias e 13º salário	1.317	1.080	958
Outros	412	379	274
	<u>15.523</u>	<u>9.992</u>	<u>8.295</u>
<u>Obrigações Trabalhistas</u>			
PPR (*)	22.837	12.810	13.333
Provisão para férias e 13º salário	16.280	13.200	11.969
Salários a pagar	9.746	7.344	6.183
IRRF a pagar	2.132	1.922	1.316
Outros	585	432	145
	<u>51.580</u>	<u>35.708</u>	<u>32.946</u>
	<u>67.103</u>	<u>45.700</u>	<u>41.241</u>

(*) A provisão constituída em 2010 no valor de R\$22.837 foi baseada em 2,5 salários e a provisão constituída em 2009, no valor de R\$12.810, estava calculada em 2,0 salários.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

18. Obrigações fiscais

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Parcelamento ICMS – MG (vide nota 25, letra “a”)	-	575.104	546.887
Imposto de renda	128.662	292.289	227.299
Contribuição social	50.458	110.036	84.594
ICMS	4.628	3.880	51.620
Cofins	-	2.744	18.375
PIS	-	596	3.989
Outros	5.793	7.506	8.609
	189.541	992.155	941.373
Circulante	187.109	514.574	450.716
Não circulante	2.432	477.581	490.657

19. Empréstimos e financiamentos

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Finame/BNDES (a)	673.962	651.258	610.874
Empréstimos em moeda estrangeira (b)	183.706	255.977	460.230
DULC/BNDES (c)	344.319	-	-
Financiamento IFC (d)	109.969	142.343	227.858
Ex-Im (e)	118.910	139.324	-
Derivativos (vide nota explicativa 34)	82.709	149.862	-
Financiamento BNDES – FINEM (f)	25.696	27.946	20.161
IBM Resolução 2770 (g)	8.860	12.403	15.947
FINEP (h)	3.955	-	-
BBA Creditanstalt (i)	-	-	1.669
Juros e encargos provisionados	5.962	5.570	8.104
	1.558.048	1.384.683	1.344.843
Circulante	321.249	287.435	246.557
Custos da transação	(1.124)	(1.308)	-
Total circulante	320.125	286.127	246.557



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Não circulante	1.236.799	1.097.248	1.098.286
Custos da transação	(7.572)	(9.547)	(4.169)
Total não circulante	1.229.227	1.087.701	1.094.117
Circulante/não circulante líquido custos da transação	1.549.352	1.373.828	1.340.674

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2012	2013	2014	Após 2014	Total
Finame/BNDES	99.923	100.650	86.989	300.422	587.984
Empréstimos em moeda estrangeira	50.319	57.541	-	-	107.860
DULC/BNDES	33.396	39.855	40.442	205.579	319.272
Financiamento IFC	26.243	26.243	10.414	20.828	83.728
Ex-Im	14.413	14.413	14.413	61.257	104.496
Derivativos	790	-	-	-	790
Financiamento BNDES – FINEM	2.251	2.251	2.251	16.693	23.446
IBM Resolução 2770	3.544	1.772	-	-	5.316
FINEP	586	586	586	2.149	3.907
	231.465	243.311	155.095	606.928	1.236.799

a. Os financiamentos com recursos do BNDES com saldo de R\$673.962 em 31 de dezembro de 2010 (R\$651.258 em 2009 e R\$610.874 em 1º de janeiro de 2009), possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a:

- Operações de FINAME para compra de vagões e locomotivas, com alienação fiduciária, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,80% ao ano até 7,00% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano com saldo de principal de R\$672.090 em 31 de dezembro de 2010 (R\$647.612 em 2009 e R\$605.402 em 1º de janeiro de 2009). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou a captação de R\$97.634 para compra de vagões.

- Operações de “BNDES Automático”, sujeitas a TJLP mais “spread” de 2,30% ao ano. Essas operações têm como objetivo a duplicação de trechos da via permanente, dentre outros projetos, e apresentam saldo igual a R\$1.872 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.646 em 31 de dezembro de 2009 e R\$5.472 em 1º de janeiro de 2009).

b. Os FINIMP's, com saldo de R\$183.706 em 31 de dezembro de 2010 (R\$255.977 em 2009 e R\$460.230 em 1º de janeiro de 2009), estão sujeitos à variação cambial mais juros, que podem ser prefixados com taxa nominal de 5,18% ao ano até 6,17% ao ano (taxa efetiva de 5,25% a



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

6,39%) ou compostos de LIBOR mais taxa nominal de 0,25% ao ano até 1,28% ao ano (taxa efetiva de 0,27% a 1,41%). Não houve captações de FINIMP em 2010.

c. O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “*spread*” de 0,58% ao ano até 1,48% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano, teve desembolso de R\$221.000 em 26 de fevereiro de 2010. As demais liberações ocorreram nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010, totalizando R\$123.319. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de locomotivas.

d. O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$109.969 em 31 de dezembro de 2010 (R\$142.343 em 2009 e R\$227.858 em 1º de janeiro de 2009), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais “*spread*” de 1,10% ao ano até 1,30% ao ano. Esta operação tem como garantia locomotivas e recebíveis de contratos comerciais.

e. O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$118.910 em 31 de dezembro de 2010 (R\$139.324 em 2009) está sujeito a taxa fixa nominal de 3,30% ao ano (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano. Esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas.

f. A operação de FINEM no montante de R\$25.696 em 31 de dezembro de 2010 (R\$27.946 em 2009 e R\$20.161 em 1º de janeiro de 2009), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeita a encargos de TJLP mais “*spread*” de 1,40% ao ano. Este financiamento está destinado à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, bem como à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores.

Essa operação foi feita diretamente com o BNDES, sem interveniência de agentes e tem como garantia recebíveis de contratos comerciais.

g. O saldo de R\$8.860 em 31 de dezembro de 2010 (R\$12.403 em 2009 e R\$15.947 em 1º de janeiro de 2009) refere-se à contratação, em maio de 2008, de um empréstimo na modalidade de repasse efetuado de acordo com a Resolução 2770 do Banco Central, no valor de R\$17.719, para aquisição de equipamentos de informática. A operação possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeita a encargos de CDI mais 0,29% ao ano.

h. O saldo de R\$3.955 em 31 de dezembro de 2010 refere-se à primeira parcela da captação de empréstimos junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, este financiamento possui taxa fixa nominal igual à taxa fixa efetiva e está sujeito a taxa fixa de 5,50% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto “Aplicação de Dormentes de Composto Plástico”, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes.

i. O financiamento BBA Creditanstalt com saldo de R\$1.669 em 1º de janeiro de 2009 teve sua última parcela paga em junho de 2009 e estava sujeito a encargos de LIBOR mais 4,35% ao ano.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros.

Os seguintes *covenants*, que possuem prazo de carência de até três meses, foram atendidos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Contratos	Indicadores	Índice padrão
IFC	- índice de cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,3
	- quociente da dívida financeira pelo EBITDA ajustado	menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida financeira pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,0
Debêntures 4ª emissão	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,0
	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0
FINIMP	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,0
	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior ou igual a 4,0



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

20. Debêntures

Os saldos das debêntures em 31 de dezembro de 2010 são compostos como segue:

	<u>2010</u>
Circulante	14.850
Custo da transação	<u>(342)</u>
Total circulante	14.508
Não circulante	300.000
Custo da transação	<u>(2.824)</u>
Total não circulante	297.176
Circulante/não circulante líquido custo da transação	<u>311.684</u>

4ª Emissão

Em 09 de junho de 2010, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões.

A emissão teve as seguintes características:

- Data de emissão: 09/06/2010;
- Espécie: quirografia;
- Séries: as debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,70% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente após;
- Quantidade: 30.000 debêntures;
- Valor nominal: R\$10 mil
- Vencimento: 01/02/2020;
- Data de Captação: 09/06/2010;
- Banco coordenador líder: Planner Corretora de Valores;



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Repactuação: não haverá repactuação;
- Resgate Antecipado Facultativo: as debêntures poderão ser resgatadas a partir de 31 de janeiro de 2015 desde que os debenturistas tenham recebido a Carta Conforto e aprovado a realização dos investimentos. O resgate será efetuado por meio de envio ou publicação de comunicado aos debenturistas com 60 (sessenta) dias úteis de antecedência;
- *Covenants* Financeiros: (i) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação dívida financeira líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 e (ii) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação EBITDA/resultado financeiro igual ou superior a 4,0.

21. Financiamento por arrendamento financeiro

Em 31 de dezembro 2010, a Companhia possuía um contrato de arrendamento mercantil (*leasing*) conforme demonstrado abaixo:

<u>Bem</u>	<u>Valor total original do contrato</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencíveis a partir de</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Data de Vencimento</u>
Equipamentos de informática	3.056	100% CDI	mai/08	Mensal	abr/12

Em atendimento à Lei 11.638/07 e de acordo com o CPC 06 – Arrendamento Mercantil - os contratos de arrendamento mercantil financeiro foram reconhecidos como ativos e passivos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Patrimônio Líquido			
Imobilizado líquido (vide nota explicativa 15)	9.428	10.202	16.398
Arrendamento mercantil financeiro	(1.090)	(1.827)	(4.434)
	<u>8.338</u>	<u>8.375</u>	<u>11.964</u>
Demonstração do resultado			
Depreciação/amortização	(774)	(6.196)	(5.992)
Reversão da despesa de aluguel	922	2.860	4.739
Despesas financeiras	(185)	(233)	3.762
	<u>(37)</u>	<u>(3.569)</u>	<u>2.509</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Fluxo de pagamentos:

Bem	2011	2012	Total
Equipamentos de informática	818	272	1.090
	818	272	1.090

22. Dividendo mínimo obrigatório a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme a legislação societária. A Administração propôs distribuir o resultado apurado em 2010 em montante superior ao assegurado, conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	438.830	605.742
Apropriação para reserva legal	(21.941)	(30.287)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	416.888	575.455
Dividendos propostos – 50%	208.444	287.727
Dividendos obrigatórios – 25%	104.222	143.864
Dividendos adicionais propostos	104.222	143.864

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 4, letra B, a parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto” na data de encerramento das respectivas demonstrações financeiras:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Dividendos adicionais propostos	104.222	143.861	158.657



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

23. Concessão e arrendamento a pagar

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Concessão a pagar	5.987	5.705	6.017
Arrendamento a pagar	113.757	108.402	114.318
	<u>119.744</u>	<u>114.107</u>	<u>120.335</u>
Circulante	45.542	41.755	42.428
Não circulante	74.202	72.352	77.907

Os contratos de concessão e arrendamento prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o montante de R\$3.502.132 em 62 parcelas trimestrais de R\$56.486, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI (atualização anual, no mês de outubro de cada ano). Estes valores já incluem os juros pro rata contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2010, com base no último índice contratual de outubro de 2010. Os custos com concessão e arrendamento são provisionados mensalmente com base no prazo dos contratos.

O montante de R\$119.744 em 31 de dezembro de 2010 (R\$114.107 em 2009 e R\$120.335 em 1º de janeiro de 2009) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento.

Em janeiro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento da quinquagésima quinta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$56.486 (R\$53.662 e R\$2.824, respectivamente).

Fluxo de amortização dos pagamentos:

	<u>Até um ano</u>	<u>Mais de um ano e até cinco anos</u>	<u>Mais de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Concessão	11.296	56.480	107.312	175.088
Arrendamento	214.648	1.073.240	2.039.156	3.327.044
	<u>225.944</u>	<u>1.129.720</u>	<u>2.146.468</u>	<u>3.502.132</u>

Abaixo segue demonstrativo das despesas apropriadas nos exercícios de 2010 e 2009:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2010		2009	
	Concessão	Arrendamento	Concessão	Arrendamento
Custo	10.386	197.331	10.085	191.613
Varição monetária	337	3.491	(32)	(606)
	10.723	200.822	10.053	191.007

24. Provisões para benefícios a empregados

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, e não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$5.010 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.729 em 31 de dezembro de 2009), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2010, não existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2010 o plano contava com 12.202 colaboradores.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia adota a política contábil de reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no resultado, isto é, são totalmente reconhecidos como despesa do próprio exercício. O plano não possui ativos de cobertura.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2009	11.776
Receita reconhecida no resultado	(548)
Passivo atuarial em 31/12/2010	<u>11.228</u>

b. Movimentação do Passivo Atuarial:

Passivo atuarial no início do período em 31/12/2009	11.776
Custo do serviço corrente	840
Juros sobre a obrigação atuarial	508
Ganho nas obrigações	(1.896)
Passivo atuarial em 31/12/2010	<u>11.228</u>

c. Despesa (receita) a ser reconhecida na Demonstração do Resultado do Exercício:

	<u>2010</u>
Custo do serviço corrente	840
Juros sobre as obrigações atuariais	508
Amortização de ganhos atuariais	(1.896)
Total da receita líquida a ser reconhecida	<u>(548)</u>

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	6,00% a.a.
Inflação de longo prazo	4,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	11,52% a.a.
Fator de envelhecimento	3,27% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$11.831 em 31 de dezembro de 2010 (R\$9.192 em 2009).

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo do Bradesco, com o qual a Companhia contribuiu no exercício de 2010 com R\$372 (R\$302 em 2009). O Seguro de Vida passou a ser



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

administrado pelo Bradesco a partir 1º de junho de 2009. Anteriormente era administrado pelo Unibanco.

25. Provisões

As provisões para contingências passivas estão compostas como segue:

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Em 1º de janeiro de 2009</u>
Fiscais	51.248	30.945	-	20.303	7.142	-	13.161
Previdenciárias e trabalhistas	51.442	21.477	-	29.965	7.338	-	22.627
Cíveis	51.490	17.886	6.063	39.667	6.738	-	32.929
Ambientais	1.670	963	-	707	707	-	-
	<u>155.850</u>	<u>71.271</u>	<u>6.063</u>	<u>90.642</u>	<u>21.925</u>	<u>-</u>	<u>68.717</u>

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2010, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$722.517, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$155.850 (R\$90.642 em 2009 e R\$68.717 em 1º de janeiro de 2009), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

a. Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 65 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 359.680. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou o montante de R\$51.248 em 31 de dezembro de 2010 (R\$20.303 em 2009 e R\$13.161 em 1º de janeiro de 2009) referente às ações que possuem chance de perda considerada provável.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre a faixa de domínio; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); e (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento). A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- *ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro*

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº. 03.160438-2 (Processo Administrativo nº. E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso-consumo. O valor atualizado do débito é de R\$38.818. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. Aguarda-se a intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial ao Plenário do Conselho de Contribuintes. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Na mesma data, a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso-consumo. O período autuado, no Auto de Infração nº. 03.204072-7, foi de julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº. E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$36.593. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial ao interposto ao Tribunal de Impostos e Taxas pela Companhia. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº. 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso-consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº. E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$30.363. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Voluntário da Companhia se encontra pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nºs 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso-consumo, nos períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009, (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$7.899. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *Execução de honorários na Execução Fiscal n.º. 20030060012517 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas*

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move ação de cobrança de honorários advocatícios nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº. 2004.006.006709-0 (Execução Fiscal nº. 2003.006.001251-7 – ICMS/RJ – Diferencial de Alíquotas) contra a empresa. O valor atualizado do débito é de R\$762. Já houve decisão favorável à Companhia, contra a qual a



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Fazenda Pública Estadual interpôs recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo*

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração n.º 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento. O valor atualizado do débito é de R\$30.458. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *IPTU sobre leito de linha – Prefeitura de Nova Iguaçu*

Em 08 de setembro de 2003, a Prefeitura de Nova Iguaçu ajuizou Execução Fiscal para a exigência de IPTU sobre os imóveis operacionais (leito de linha), em relação aos exercícios de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 (CDAs nºs 0011692 a 0011696). O valor atualizado do débito é de R\$186. A Companhia apresentou embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *PIS e COFINS sobre partilhas de fretes*

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$ 10.216, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002. A Companhia interpôs impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *PIS e COFINS variação cambial*

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$91.413, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004. Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- *Execução Fiscal – PIS e COFINS*

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em Execução Fiscal que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa n.º 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$5.165, originados dos processos administrativos n.º 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar n.º 2007.51.01.016575-0 e Anulatória n.º 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF*

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada Execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$ 27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. O valor atualizado desta cobrança é de R\$17.700. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Manifestação de Inconformidade - CSLL*

Em outubro de 2009, a Companhia foi informada do Despacho Eletrônico n.º 846603225, por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente a PER/DCOMP n.º 20238.76613.221004.1.3.04-7620, transmitida utilizando créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL de agosto/2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido nas PER/DCOMP n.º 08001.01807.221004.1.7.04-0962 e 02198.44761.221004.1.3.04-5741. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, seria de R\$320. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *ICMS – Minas Gerais*

Conforme já informado no 1º ITR de 2008, a MRS possuía processos fiscais em curso com o estado de Minas Gerais, relativos às seguintes discussões: (i) questionamento da exigência de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na prestação de serviços de transporte de mercadorias destinadas à exportação, (ii) ICMS sobre diferencial de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

alíquotas relativo a ativo imobilizado e materiais para a operação e, (iii) aproveitamento indevido de créditos de ICMS de ativo imobilizado e materiais para a operação.

Relativo a estas discussões, já se encontrava autuado pelo Fisco o período de dezembro de 1996 a dezembro de 2003. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, o valor de R\$27.025 possuía chance provável de perda, tendo sido devidamente provisionado. O valor de R\$138.555, que por estar sendo considerado com chance possível de perda, não estava provisionado, constando, apenas, de notas explicativas. O valor de R\$210.777 com chance remota de perda também não se encontrava provisionado e não estava sendo mencionado em notas.

O advento da Lei 17.247/07, que instituiu anistia de juros e multas sobre os débitos fiscais, ocasionou considerável redução nos valores envolvidos nas discussões com o Estado de Minas Gerais, relativos ao período de dezembro de 1996 a outubro de 2007, bem como, a alteração da legislação, possibilitando uma tributação mais adequada para as operações futuras da Companhia através da adoção de crédito tributário presumido. Desta forma, a Companhia decidiu aderir à anistia, incluindo os valores relativos ao período autuado já mencionado, além do período de janeiro de 2004 a outubro de 2007, não autuado, que seriam quitados em 120 (cento e vinte) parcelas, não sendo relevantes para respaldar esta decisão as posições jurídicas das teses apresentadas até aquele momento, ou seja, a avaliação das probabilidades de êxito dos consultores jurídicos. O período de novembro de 2007 a maio de 2008, por sua vez, foi apurado na sistemática da legislação anterior e parcelado em dez vezes, a partir de setembro de 2009, no valor total de R\$54.480.

A partir de junho de 2008, após autorização da Superintendência de Fiscalização de Minas Gerais, a MRS passou a adotar uma nova sistemática de apuração de ICMS, que consiste no cálculo do crédito de ICMS pela sistemática presumida, nos termos do Decreto nº. 44.930/2008.

É importante ressaltar que a decisão de adesão à anistia foi tomada em virtude da economia gerada para a Companhia, ou seja, relação custo versus benefício e, principalmente, pela possibilidade de uma melhor condição tributária futura com o Estado de Minas. Neste sentido, cabe destacar que, desde o início de suas atividades, a MRS sempre adotou, relativamente à apuração do ICMS, entendimento tributário em consonância com o mercado, (empresas do setor de transporte ferroviário existentes no estado de Minas Gerais) e que a equalização da situação tributária com o estado de Minas Gerais era fundamental para o crescimento do negócio da MRS naquele Estado.

Como consequência em junho de 2008 a Companhia reverteu a provisão para contingência no montante de R\$48.557 (em contrapartida na linha de Outras Receitas Operacionais – Reversão de Provisão) e reconheceu em seu passivo ICMS a pagar no montante de R\$545.406 (R\$334.849 de principal e R\$149.776 de juros, R\$54.572 de multas e R\$6.209 de honorários advocatícios). Estes valores ainda sofreram atualizações monetárias no valor de R\$16.245. Até junho de 2010 foi realizado o pagamento, referente ao PPE I, no valor de R\$144.959. O valor de R\$69.572 estava classificado no passivo circulante e o valor de R\$463.793 no passivo não circulante, em contrapartida às contas de Ativo Imobilizado, Custos dos Serviços Prestados, Despesas Gerais e Administrativas e Despesas Financeiras.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Como o ICMS é um tributo não cumulativo compensando-se o que for devido em cada operação ou prestação com o valor deste tributo cobrado nas operações anteriores (Princípio da Não-Cumulatividade) e em virtude das teses mencionadas acima, a MRS tomou crédito de materiais/combustíveis e de aquisições de ativos, diferentemente do entendimento do fisco. Ademais, baseando-se na opinião dos consultores jurídicos e, como consequência de ter adotado este procedimento, não considerou estes valores na formação dos seus custos no período de março de 1998 a outubro de 2007, os quais foram considerados em suas demonstrações financeiras em junho de 2008, data que foi corroborado pelo fisco mineiro a possibilidade de adoção de uma forma de tributação mais adequada para os negócios da Companhia. Desta forma, considerando que as regras de precificação das tarifas dos fluxos cativos, Modelagem Tarifária, devidamente aprovada através de Ata de Reunião do Conselho de 02/02/1998, que preconizam o repasse para as tarifas dos fluxos cativos de todos os custos diretos, indiretos, fixos e variáveis incorridos pela MRS, a Companhia efetuou faturamento complementar, em 25 de junho de 2008, para a Vale, MBR, CSN e Namisa conforme nota explicativa nº. 7, letra “a”.

Em 05 de maio de 2010, a Receita Estadual de Minas Gerais instituiu o Programa de Parcelamento Especial II (PPE II) através do Decreto 45.358/10. O saldo a pagar relativo ao parcelamento era de R\$547.459. Considerando que a adesão ao PPE II proporcionava um desconto no saldo da dívida na ordem de 45%, equivalentes a R\$265.402, a MRS formalizou o pedido de habilitação para adesão ao novo PPE em 30 de julho de 2010 e efetuou o pagamento da dívida, à vista, em 16 de agosto de 2010, no valor total de R\$314.209. Neste montante foi incluída a auto denúncia, conforme processo nº. 120368819053, no valor de R\$32.153 relativo à diferença de alíquota de vagões e aproveitamento indevido de crédito de ICMS.

Todos os faturamentos complementares foram quitados pelos clientes, não restando mais saldos pendentes de liquidação.

- *ICMS – Rio de Janeiro – Anistia da Lei Estadual n.º 5.647/2010*

A Companhia possuía processos fiscais - *administrativos e judiciais* - em curso no Estado do Rio de Janeiro, relativos à exigência de ICMS decorrentes do diferencial de alíquotas nas operações de entrada de mercadorias provenientes de outra unidade da federação e destinadas a consumo ou ativo fixo da Companhia e, também, relativos à glosa de créditos de ICMS referentes à entrada de bens destinados ao ativo fixo da Companhia, sem a observância da proporcionalidade de aproveitamento de 1/60 ao mês, estabelecida no artigo 2º da Lei Estadual nº. 3.188/99.

Relativamente a estas discussões e com base no entendimento dos consultores jurídicos, já se encontrava provisionado o valor de R\$ 21.797 (valor atualizado até maio de 2010). Este valor provisionado se referia às ações judiciais que possuíam risco ‘provável’ de perda (Execuções Fiscais nºs 20030060012487, 20030060012475, 20030060012505, 20060060051270 e 20060060026791 e Ações Anulatórias de Débito Fiscal nºs 20060060047812 e 20060060043909).

Outros processos administrativos e judiciais relativos à exigência do ICMS sobre diferencial de alíquotas - possuíam risco de perda classificada, pelos consultores jurídicos, como ‘possível’,



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

razão pela qual não havia provisionamento (Processos Administrativos Tributários nºs E-044517662007, E-0404187209 e E-0404187409).

Os Processos Administrativos Tributários nºs E-044517662007, E-0404187209 e E-0404187409, que, segundo os consultores jurídicos, eram classificados como tendo probabilidade de perda 'possível', constavam de notas explicativas e o valor destes processos, atualizado até 30 de junho de 2010, totalizava R\$ 41.447.

O advento da Lei Estadual nº. 5.647/2010, do Decreto Estadual nº. 42.316/2010 e da Resolução PGE/RJ nº. 2.771/2010, que instituíram anistia de juros e multas sobre os débitos fiscais, ocasionou considerável redução nos valores envolvidos nas discussões com o Estado do Rio de Janeiro, relativamente aos fatos geradores ocorridos até o mês de dezembro de 2008.

Desta forma, seguindo a orientação dos consultores jurídicos, a Companhia decidiu aderir à anistia, incluindo os valores relativos aos períodos já atuados e com a mesma matéria (ICMS sobre diferencial de alíquotas), incluindo, também, aqueles processos cujas probabilidades de perda eram classificadas, pelos consultores jurídicos, como 'possível'. A Companhia optou por quitar estes débitos à vista, e, em sua maior parte, com a utilização de precatórios judiciais (com fundamento no disposto no artigo 10 da Lei Estadual nº. 5.647/2010).

A compensação dos débitos incluídos na anistia com créditos representados por precatórios judiciais estava sujeita à posterior homologação por parte das autoridades fazendárias estaduais. Neste particular, ressalta-se que o Secretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, através de despacho publicado em 03.11.2010, autorizou a compensação do crédito decorrente dos precatórios no valor de R\$ 51.168. Este crédito será utilizado para extinguir a totalidade dos débitos oferecidos à compensação pela MRS que, à época do requerimento e com os benefícios da Lei nº. 5.647/2010, totalizavam, aproximadamente, R\$49.000. Tão logo essa compensação seja operacionalizada, estarão definitivamente extintos os débitos tributários em questão.

A Execução Fiscal nº. 20030060012499, referente à glosa de créditos de ICMS relativos à entrada de bens destinados ao ativo fixo da Companhia, sem a observância da proporcionalidade de aproveitamento de 1/60 ao mês (artigo 2º da Lei Estadual nº. 3.188/99), era classificada, pelos consultores jurídicos, com probabilidade de perda 'remota', não constando de notas explicativas. O valor deste processo, atualizado até 30 de junho de 2010, era de R\$16.885. Contudo, com a consideração de novos aspectos no que se refere à sistemática da compensação, esta passou a ser considerada legítima pelo TJ/RJ, pelo STJ e pelo STF, acarretando na revisão do prognóstico de perda do caso de 'remota' para 'provável', resultado de uma ampla revisão processual, interpretação da mais recente jurisprudência pátria e novos fatos implementados pela administração, seu departamento jurídico e advogados externos no segundo trimestre de 2010.

A divergência entre as classificações de perda atribuídas a este processo pode ser resumida da seguinte forma: (i) os consultores jurídicos patrocinadores da causa interpretavam a jurisprudência como indicativa de boas chances de êxito da tese discutida em Juízo e recomendavam que o risco de perda fosse classificado como 'remoto', por entenderem que, embora o Órgão Especial do TJRJ já tivesse se pronunciado de forma desfavorável à



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Companhia, nesta matéria, não teria ocorrido, ainda, pronunciamento dos Tribunais Superiores sobre a legalidade e a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Estadual nº. 3.188/1999. Segundo estes consultores jurídicos, a palavra final sobre a matéria seria do STF, o qual ainda não havia analisado a questão específica da inconstitucionalidade deste texto legal; e (ii) o escritório que efetuou a *due diligence*, durante o curso do trabalho concluído no segundo trimestre de 2010, analisou este processo e interpretou a jurisprudência como indicativa de baixa chance de êxito da tese discutida em Juízo e recomendou, por fim, que o risco de perda fosse reclassificado como 'provável', por entender que outros casos semelhantes, nos quais também eram discutidas a legalidade e a constitucionalidade do diferimento da apropriação de crédito de ICMS no tempo já teriam sido julgados pelo STF, em sentido desfavorável ao contribuinte. Além disso, segundo este escritório, o entendimento no sentido da legalidade do diferimento da apropriação do crédito de ICMS no tempo já havia sido manifestado pelo STJ, em processo que trata especificamente do artigo 2º da Lei Estadual nº. 3.188/99 (AgRg no Recurso Especial nº. 534990/RJ).

Assim, como conclusão à *due diligence*, o escritório recomendou que houvesse a reclassificação da probabilidade de perda deste processo de 'remota' para 'provável'. Diante destas duas posições apresentadas pelos consultores jurídicos e após analisar as razões jurídicas desta divergência de interpretação da jurisprudência pátria, a Companhia optou pela classificação do risco de perda indicada pelo último escritório, por representar a orientação mais conservadora e, portanto, mais segura para a Companhia. Desta forma, este processo também foi incluído na anistia, sob a recomendação dos consultores jurídicos.

O pedido de fruição dos benefícios da anistia instituída pela Lei Estadual nº. 5.647/2010 foi protocolizado, perante a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no mês de maio de 2010.

Por este motivo, no mês de junho de 2010, ocorreu uma complementação nos valores provisionados pela Companhia, em um montante total de R\$ 27.226.

Para respaldar esta decisão de adesão dos referidos débitos à anistia do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, foi relevante a manifestação de opinião dos consultores jurídicos sobre a probabilidade de êxito das teses apresentadas até o momento.

- *Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa:*

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou Execução Fiscal para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (PAF nº. 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$8.142. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera possível a perda, razão pela qual não há provisionamento.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.298 ações trabalhistas, que pleiteiam, em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2010, o valor total das causas trabalhistas era de R\$120.167. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$51.442 (R\$29.965 em 2009 e R\$22.267 em 1º de janeiro de 2009) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

Uma das contingências trabalhistas da Companhia consideradas relevantes, em virtude do valor total envolvido, é o auto de infração, aplicado em julho de 2006 pelo INSS - Secretaria Previdenciária, referente à exigência fiscal de SAT (Seguro Acidente de Trabalho) para fins de aposentadoria especial. O valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2010 era de R\$45.034. O processo está em fase de defesa administrativa. No entendimento dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda nesses processos é considerada remota, razão pela qual não há provisionamento.

c. Cíveis

A Companhia é parte em 680 ações cíveis, que versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$241.000. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$51.490 (R\$39.667 em 2009 e R\$32.929 em 1º de janeiro de 2009), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável. A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$ 200 por sinistro.

d. Ambientais

A Companhia é parte em três processos ambientais. Em 31 de dezembro de 2010, o valor total das causas ambientais era de R\$1.670, das quais a Companhia provisionou R\$1.670 (R\$707 em 31 de dezembro de 2009), cuja probabilidade de perda foi considerada provável.

26. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$913.200 (R\$913.200 em 2009 e 1º de janeiro de 2009), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B".



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2010 a administração da Companhia propôs o aumento do capital social utilizando parte das reservas de investimentos no valor de R\$37.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Em setembro de 2003, a VALE S.A. concluiu a operação de compra da Caemi Mineração e Metalurgia S.A., razão pela qual, considerando a participação direta e indireta, passou a deter percentual acima desse limite no capital votante da MRS.

Em virtude disto, em 17 de setembro de 2003, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), determinou, através da Resolução 296, de 12 de setembro de 2003, ao Conselho de Administração e aos acionistas integrantes do grupo de controle da MRS, que no prazo de 180 dias procedessem à adequação da composição acionária da MRS, para a observância do limite de participação estabelecido no Edital de Desestatização. Através da Resolução 459 de 10 de março de 2004, a ANTT prorrogou o prazo por mais 120 dias a partir de 17 de março de 2004.

Em 19 de julho de 2004, os sócios propuseram à ANTT que a participação detida diretamente pela VALE fosse distribuída entre os acionistas.

Em 17 de janeiro de 2005, a ANTT, por meio da Resolução 856, de 14 de janeiro de 2005, dispôs que a apreciação da proposta apresentada pelo grupo controlador da MRS, como mencionado no parágrafo anterior, somente seria analisada após decisão final do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, acerca dos atos de concentração do mercado de minério de ferro. Além disto, determinou aos acionistas integrantes do grupo controlador da MRS, que celebrassem, em noventa dias, um termo aditivo ao Acordo de Acionistas em vigor, de modo a preservar a eficácia de futura decisão de mérito da ANTT e do CADE, bem como que fossem mantidas equalizadas as relações de poder dos grupos econômicos integrantes do grupo controlador da concessionária.

Em 13 de abril de 2006, a ANTT, por meio da Resolução 1.394, autorizou a saída da empresa ULTRAFÉRTIL do Grupo Controlador da MRS Logística S.A., observado o direito de preferência dos acionistas remanescentes e o limite da participação máxima de qualquer acionista, direta ou indiretamente, estabelecido pela alínea “a” do inciso IV do Capítulo 5º do Edital PND-A-05/96/RFFSA, de 11 de julho de 1996. Na mesma Resolução, determinou que no prazo de 120 (cento e vinte) dias a VALE S.A. procedesse à venda de todas as ações ordinárias de emissão da MRS Logística S.A. provenientes da operação de incorporação da FERTECO Mineração S.A. gravadas no Livro de Registro de Ações Nominativas e vinculadas ou integrantes do Acordo de Acionistas. Foi facultado aos demais acionistas, inclusive à MBR, o exercício do direito de preferência na aquisição das ações, observado o limite previsto no Capítulo 5º do Edital PND-A-05/96/RFFSA. Alternativamente à determinação de venda das ações, objetivando que fossem mantidas equalizadas as relações de poder dos grupos econômicos integrantes do Grupo Controlador da Concessionária, a VALE S.A., em caráter de excepcionalidade e com fundamento no inciso III do Capítulo 5º do Edital PND-A-05/96/RFFSA, poderia manter as ações ordinárias originalmente pertencentes à FERTECO, a que se refere o art. 2º, desde que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, adotasse uma das seguintes providências:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

I. Modificação da estrutura societária da MRS, em conjunto com os demais acionistas integrantes do Grupo Controlador, mediante as seguintes alternativas:

- a.** Conversão de ações preferenciais em ordinárias;
- b.** Inclusão ou exclusão de ações ordinárias no Acordo de Acionistas;
- c.** Emissão de novos lotes de ações ordinárias.

II. Renúncia formal dos direitos de voto e de veto inerentes às ações ordinárias de que trata o Art. 2º da referida Resolução, em especial ao direito de participar em quaisquer instâncias deliberativas do grupo de controle da MRS Logística S.A., inclusive Assembleias Gerais Ordinárias, Assembleias Gerais Extraordinárias e reuniões de acionistas, não podendo indicar Diretores e/ou Conselheiros para os cargos diretivos da Empresa, com o referido gravame devidamente registrado no Livro Registro de Ações Nominativas.

A VALE S.A. optou pela alternativa de renúncia.

Em 31 de dezembro de 2010, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Participação Societária	
Acionista	% do Capital
MBR	32,93%
CSN	22,93%
USIMINAS	11,13%
VALE	10,90%
GERDAU	1,31%
NACIONAL MINÉRIOS	10,00%
BM&F BOVESPA	0,29%
Minoritários	10,51%
	100,00%

b. Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

c. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da Reserva Legal era de R\$120.096.

d. Reserva de lucros – reserva para retenção de investimentos

A Administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$208.444, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia.

Adicionalmente, em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 24 de março de 2011 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$37.000 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposta da administração da Companhia em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$829.848.

27. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	438.830	605.742
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,24	1,71



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial – A e B	1,36	1,88

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

28. Receita dos serviços prestados

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de Transporte	2.294.938	2.410.208
Partilha de Fretes a Receber	65.292	61.262
Outras Receitas Acessórias	125.105	131.567
	<u>2.485.335</u>	<u>2.603.037</u>
<u>(-) Deduções sobre Vendas</u>		
ICMS	(120.783)	(111.947)
COFINS	(96.477)	(176.632)
PIS	(20.947)	(38.348)
ISS	-	(133)
	<u>(238.207)</u>	<u>(327.060)</u>
Receita líquida	<u>2.247.128</u>	<u>2.275.977</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

29. Custo dos serviços vendidos

Os custos operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Combustíveis/lubrificantes	383.905	349.244
Crédito presumido ICMS MG	(51.688)	(49.811)
Mão-de-obra operacional	201.627	158.194
Custo da concessão/arrendamento	198.725	193.235
Depreciação (*)	167.038	269.156
Materiais de consumo diversos	134.157	81.712
Serviços de terceiros	131.074	85.157
Despesas com pessoal	53.742	41.006
Partilhas de fretes a pagar	41.684	38.225
Aluguel equipamentos operacionais	4.076	11.228
Custo com acidente (**)	2.654	539
Outros	59.489	51.358
	<u>1.326.483</u>	<u>1.229.243</u>

(*) A queda significativa nos custos de depreciação está relacionada à mudança de vida útil dos principais ativos da Companhia (vide nota explicativa 15).

(**) O custo com acidente era anteriormente classificado como despesa não operacional e em 2010 foi reclassificado para custo dos serviços vendidos. Foi efetuada a reclassificação em 2009 para efeito de comparação.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

30. Despesas com vendas

As despesas com vendas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mão-de-obra comercial	5.597	4.633
Viagens, diárias e hospedagens	622	412
Despesas com pessoal	345	338
Materiais e serviços	311	217
Custos com tarifas e serviços públicos	167	141
Promoção e publicidade	119	163
Outros	50	193
	<u>7.211</u>	<u>6.097</u>

31. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mão-de-obra administrativa	38.072	24.097
Amortização/depreciação	28.577	21.456
Materiais e serviços	23.942	24.038
Despesas com pessoal	18.603	10.626
Despesas com seguros	12.342	13.577
Despesas de organização e sistemas	8.499	3.998
Despesas administrativas	8.170	3.948
Despesas com comunicação de dados	6.643	5.330
Honorários da administração	4.400	6.197
Custos com tarifas de serviços públicos	2.518	2.120
Outros	2.494	1.929
	<u>154.260</u>	<u>117.316</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

32. Outras receitas e outras despesas operacionais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Outras Receitas Operacionais</u>		
Receitas alternativas	30.593	15.543
Receita de venda de sucata	21.613	12.268
Receita de seguros	11.301	7.594
Aluguel de locomotivas	6.800	5.290
Reversão de provisão	2.143	2.588
Prestação de serviços a terceiros	1.970	4.170
Multas contratuais	765	64.810
Outras receitas	10.117	468
	<u>85.302</u>	<u>112.731</u>
<u>Outras Despesas Operacionais</u>		
Provisões para contingências	(64.901)	(21.925)
Bônus	(15.641)	(8.662)
Crédito/Perda ICMS não aproveitado	(13.514)	(8.881)
Aluguel de vagões	(12.539)	-
Despesas processuais	(12.359)	(1.524)
Despesa com diferencial de alíquota	(6.055)	(135)
Custo receitas alternativas	(6.072)	(2.882)
Despesa com patrocínio	(5.255)	(4.381)
Programa desafio especial	(3.777)	(5.477)
PIS / COFINS sobre outras receitas	(2.846)	(1.029)
Custo venda sucata	(3.433)	(2.673)
Custo da prestação de serviços a terceiros	(2.442)	(2.888)
Perda investimento audiovisual	(1.374)	(2.326)
Provisão plano de saúde	(1.347)	(13.983)
Custo na venda de bens patrimoniais	(1.335)	(113)
Indenizações ao poder concedente	(1.056)	-
Doações FIA	(942)	(1.695)
Custo multas contratuais	(72)	(7.248)
Perda de crédito de ICMS	-	(2.274)
Outras despesas	(14.795)	(8.861)
	<u>(169.755)</u>	<u>(96.957)</u>
	<u>(61.990)</u>	-
Líquidas	<u>(146.443)</u>	<u>15.774</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

33. Receitas e despesas financeiras

	2010	2009
<u>Receitas financeiras:</u>		
Ganho com anistia tributária (vide nota explicativa 25 (a))	264.874	-
Rendimento de aplicações financeiras	39.739	43.988
Variação cambial sobre empréstimos/financiamentos	19.870	202.302
Ganho com precatórios	9.192	-
Juros sobre contas a receber VALE e CSN (vide nota explicativa 7)	-	49.286
Variação cambial/monetária	4.844	(261)
Descontos financeiros/ multas	4.742	7.843
Demais variações cambiais passivas	1.731	4.954
Ganho em <i>swap</i> (<i>hedge</i> cambial)	32	10
Demais receitas financeiras	1.268	878
	346.292	309.000
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos/financiamentos	(83.218)	(81.203)
Variação monetária sobre contas a receber VALE e CSN (vide nota explicativa 7)	(73.813)	-
Perda em <i>swap</i> (<i>hedge</i> cambial)	(59.472)	(203.542)
Juros/ multa parcelamento tributário (a)	(36.443)	(65.130)
Juros sobre debêntures	(19.962)	-
Descontos financeiros (vide nota explicativa 5)	(11.307)	-
Variação monetária VALE e CSN	(7.025)	-
Variação monetária	(4.952)	222
Juros sobre <i>leasing</i> /aluguel de locomotivas e vagões	(185)	(240)
Variação cambial/monetária – <i>leasing</i> /aluguel de locomotivas e vagões	-	7
Variação monetária sobre empréstimos/financiamentos	109	(814)
Demais despesas financeiras	(7.885)	(10.258)
	(304.153)	(360.958)
Resultado líquido	42.139	(51.958)

(a) Inclui os juros reconhecidos no âmbito da anistia concedida pelo Estado de MG (vide nota explicativa 25, letra “a”).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

34. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:

	2010		2009		Em 1º de janeiro de 2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	405.010	405.010	408.885	408.885	407.451	407.451
Contas a receber	72.374	72.374	22.135	22.135	93.681	93.681
Partes relacionadas	118.948	118.948	795.567	795.567	611.943	611.943
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	48.697	48.697
Total	596.332	596.332	1.226.587	1.226.587	1.161.772	1.161.772
Passivos						
Fornecedores	161.341	161.341	90.412	90.412	216.015	216.015
Partes relacionadas	18.680	18.680	79.128	79.128	1.490	1.490
Empréstimos e financiamentos em R\$	1.061.322	1.061.322	695.270	695.270	650.434	650.434
Empréstimos e financiamentos em USD	414.017	416.237	539.552	533.634	694.409	694.409
Debêntures	314.850	314.850	-	-	-	-
Perdas em operações com derivativos	82.709	82.709	149.861	149.861	-	-
Total	2.052.919	2.055.139	1.554.223	1.548.305	1.562.348	1.562.348

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2010 apresentavam saldo a pagar no valor de R\$82.701 (saldo a pagar de R\$149.861 em 2009 e saldo líquido a receber de R\$48.696 em 1º de janeiro de 2009), foram contabilizadas no resultado.

Descrição	2010			2009			Em 1º de Janeiro 2009		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"									
Posição ativa									
Moeda estrangeira	409.980	365.930	Fev-11 até Mar-12	590.779	507.211	Jan-10 até Jul-11	291.723	394.385	Jan-09 até Dez-10
Posição passiva									
Taxas (pós)	409.980	448.631		590.779	657.072		291.723	335.292	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (USD)	Valor Justo Dez-10 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez-10 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa - Passiva
Contratos de swap								
Santander			03-abr-09	01-abr-11	10.000	17.639	25.987	(8.348)
Pactual			08-abr-09	01-jul-11	10.000	17.575	25.767	(8.193)
Santander			09-abr-09	01-jul-11	10.000	17.514	25.389	(7.875)
Société Générale			24-abr-09	01-mar-11	10.000	17.296	25.555	(8.260)
Société Générale			29-abr-09	02-mai-11	10.000	17.330	25.221	(7.891)
Santander			29-abr-09	01-jun-11	10.000	17.317	25.442	(8.125)
Société Générale			04-mai-09	01-abr-11	10.000	17.304	24.846	(7.542)
Société Générale			06-mai-09	01-fev-11	5.000	8.685	12.260	(3.575)
Santander			08-mai-09	01-fev-11	10.000	17.378	24.176	(6.798)
Société Générale			09-fev-10	01-mar-11	5.000	8.491	10.035	(1.543)
ITAU	USD + 1,88%aa até 3,20%aa	100%CDI	26-fev-10	01-fev-11	15.000	25.412	29.328	(3.917)
ITAU			31-mar-10	01-jun-11	15.000	25.305	28.721	(3.416)
Société Générale			10-jun-10	01-ago-11	5.000	8.429	9.575	(1.146)
Société Générale			16-jun-10	01-ago-11	5.000	8.431	9.423	(992)
Santander			29-jul-10	01-set-11	15.000	25.103	27.589	(2.486)
Santander			01-set-10	15-jun-11	10.000	16.756	18.020	(1.264)
Société Générale			03-dez-10	01-dez-11	10.000	16.677	16.996	(319)
ITAU			06-dez-10	01-dez-11	10.000	16.685	16.939	(254)
Société Générale			13-dez-10	01-fev-12	10.000	16.648	17.141	(493)
JP Morgan			27-dez-10	01-mar-12	10.000	16.631	16.927	(297)
ITAU			30-dez-10	03-out-11	10.000	16.660	16.647	13
JP Morgan			30-dez-10	01-nov-11	10.000	16.666	16.647	19
Total					215.000	365.930	448.631	(82.701)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros que estão classificados como valor justo através do resultado:

Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não ocorreram transferências entre níveis de hierarquia de valor justo.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo a pagar de R\$ 82.701 em 31 de dezembro de 2010, estão classificados como valor justo através do resultado e estão classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados como Nível 3 na Companhia.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para venda e contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, que são finalmente aprovados pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, onde o principal objetivo é reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possam impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo adicional, busca-se minimizar a probabilidade de:

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Neste sentido, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia – oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de stress e respectivos impactos financeiros.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2010, e buscam simular de que forma um stress nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar efeitos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2010 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

b) Risco de taxa de juros

Representa as variações, em termos de ganhos ou perdas, às quais a Companhia está sujeita por conta de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem uma posição líquida passiva atrelada à taxa de juros que, gerava um risco de descasamento pouco relevante, uma vez que o aumento de 50% dos juros produziria um efeito inferior a 4%.

c) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com variação de -4,31%.

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de stress. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Risco de Apreciação do Dólar	R\$		25% Maior	50% Maior
	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Dólar	1,6662	1,7500	2,1875	2,6250
Passivo	414.115	434.943	543.678	652.414
<i>Dívida em Dólar</i>	<i>414.115</i>	<i>434.943</i>	<i>543.678</i>	<i>652.414</i>
Ativo	369.913	388.517	485.647	582.776
<i>Ponta Ativa de Swap em Dólar</i>	<i>365.930</i>	<i>384.334</i>	<i>480.417</i>	<i>576.500</i>
<i>Aplicação em Dólar</i>	<i>3.984</i>	<i>4.184</i>	<i>5.230</i>	<i>6.276</i>
Posição Líquida Descoberta	44.202	46.425	58.031	69.638

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

a) Contas a receber

A Companhia possui seu contas a receber concentrado em alguns grandes clientes, que também são seus acionistas (vide nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2010, 86,26% do contas a receber total (88,25% em 31 de dezembro de 2009).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Pelo fato da carteira de clientes da Companhia estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado praticamente nulo.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia de acordo com a política estabelecida. Visando minimizar o risco de crédito, a Companhia procura diversificar a alocação dos recursos excedentes apenas em contrapartes de primeira linha avaliadas por agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2010, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 405.010, desse montante, a maior parcela (51%) estava distribuída entre as seguintes contrapartes: Banco Itaú BBA; Banco Safra; Banco Votorantim e Banco Espírito Santo.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é distribuir os vencimentos de dívida e de instrumentos financeiros derivativos ao longo do tempo, buscando não concentrar obrigações em datas pontuais, bem como priorizando o seu alongamento. Adicionalmente, a Companhia tem por política a manutenção de um caixa mínimo disponível, incluindo saldos de aplicações e em conta corrente, além de estabelecer um percentual mínimo de liquidez das aplicações totais.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2010	Fluxo de Caixa Esperado					
	Saldo principal	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	1.769.874	110.150	123.218	261.924	665.258	609.324
Passivos financeiros derivativos						
Swaps utilizados para hedge (USD)	215.000	110.000	85.000	20.000	-	-

Fornecedores e partes relacionadas



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os passivos financeiros de fornecedores e partes relacionadas possuem vencimento de curto prazo os quais incluem fornecedores e partes relacionadas. A Companhia possui uma sólida posição de caixa, o que mitiga o risco de inadimplência.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC - Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2010	2009	1º de janeiro de 2009
Total do passivo	2.787.407	2.998.412	3.119.935
(-) Caixa e equivalente de caixa	405.010	408.885	407.451
Dívida líquida	2.382.397	2.589.527	2.712.484
Total do patrimônio líquido	2.004.366	1.813.619	1.551.827
Relação da dívida sobre o capital	1,1886	1,4278	1,7479



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

35. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	654.871	654.871	887.118	887.118
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	163.718	58.938	221.780	79.841
Adições permanentes:	2.153	650	2.284	613
Bônus diretoria	407	147	-	-
Despesas com Projeto Empresa Cidadã	183	66	143	51
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	591	213	658	237
Fundo Infância e Adolescência	236	85	424	152
Despesas Patrocínio Esporte	230	83	438	158
Perda com Investimento Audiovisual	344	-	582	-
Outros	163	57	41	15
Exclusões permanentes:	(362)	(3)	(1.070)	-
Incentivo Fiscal Audiovisual	(354)	-	(1.070)	-
Outros	(8)	(3)	-	-
Incentivos Fiscais	7.875	-	12.854	-
PAT	3.009	-	2.499	-
Rouanet	2.365	-	2.631	-
Audiovisual	879	-	4.279	-
FIA	811	-	1.695	-
Esporte	811	-	1.750	-
Outros	(830)	(349)	(7.852)	(1.346)
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal na demonstração do resultado	156.804	59.236	202.288	79.108



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

36. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela Administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, compostos especialmente por seus controladores. A receita por cliente está assim representada:

Principais Clientes	2010	2009
VALE / MBR	864.075	993.055
CSN	351.132	349.573
USIMINAS	298.348	283.247
NACIONAL MINÉRIOS	277.545	258.539
GERDAU	80.506	59.589
	1.871.606	1.944.003

A companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

37. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	29 de dezembro de 2011	150.000	10.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2011	30.000	200
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2011	55.000	500

Observações:

LMI – Limite Máximo de Indenização



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O seguro de responsabilidade civil foi renovado no dia 09 de fevereiro de 2011 com vencimento em 08 de fevereiro de 2012.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

38. Transição das políticas contábeis – efeitos nas informações trimestrais

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 603/09, a Administração da Companhia optou por adotar os novos pronunciamentos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As informações trimestrais descritas abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da companhia aberta de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, objeto de exame de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

Os pronunciamentos técnicos adotados em 2010 estão apresentados na nota explicativa 4. São apresentados a seguir os efeitos de adoção dos CPC's aplicáveis à Companhia nos 4 trimestres de 2009 e 2010:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Composição dos ajustes	31.03.2009	30.06.2009	30.09.2009	31.12.2009
Capitalização dos custos de empréstimos	1	4	17	33
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(1)	(1)	(6)	(11)
Ajuste líquido	-	3	11	22
Custo de desativação	(146)	(9)	(10)	(7)
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	50	4	3	2
Ajuste líquido	(96)	(5)	(7)	(5)
Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido	(96)	(2)	4	17
	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010	31.12.2010
Capitalização dos custos de empréstimos	241	375	550	1.522
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(82)	(128)	(187)	(517)
Ajuste líquido	159	247	363	1.005
Custo de desativação	(1)	(1)	(2)	(1)
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	-	-	1	-
Ajuste líquido	(1)	(1)	(1)	(1)
Mudança de vida útil - depreciação	27.299	25.856	25.558	27.688
Efeito IRPJ/CSLL Diferidos - RTT	(9.282)	(8.791)	(8.689)	(9.414)
Ajuste líquido	18.017	17.065	16.869	18.274
Efeito dos ajustes no resultado e patrimônio líquido	18.175	17.311	17.231	19.278
Resumo acumulado dos ajustes no patrimônio líquido	18.079	17.309	17.235	19.295

Além dos efeitos listados acima, visando adequar a forma de apresentação, foram efetuadas as seguintes reclassificações:

- i. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo que antes eram apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.
- ii. O contas a receber e a pagar de Partes Relacionadas que antes eram classificados nas rubricas de clientes e fornecedores, respectivamente foram transferidos para a rubrica Partes Relacionadas no ativo e passivo circulantes.
- iii. A parcela excedente aos dividendos obrigatórios registradas anteriormente como dividendos propostos foi revertida desta conta, no balanço patrimonial de 2009, e reclassificada para conta Dividendo Adicional Proposto.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

39. Eventos Subsequentes

Assinatura de convênio com Prefeitura de Guarujá

No dia 1º de fevereiro de 2011 a MRS e Portofer firmaram convênio com a Prefeitura Municipal de Guarujá. O objeto deste convênio é a regulação das relações entre as partes, visando a liberação da faixa de domínio ferroviária, em região da Codesp, através da remoção das invasões nela consolidadas, de forma a garantir maior integridade e segurança à operação ferroviária. O total previsto para desembolso a título de doação é de aproximadamente R\$3.000.

Assinatura de contrato

No dia 02 de fevereiro de 2011 a MRS celebrou contrato com a Westinghouse Air Brake Technologies e a WABTEC BRASIL Fabricação e Manutenção de Equipamentos Ferroviários LTDA., para o fornecimento de um sistema integrado para o controle completo da operação ferroviária baseado em comunicação (*communication based train control – CBTC*). Esta medida faz parte do programa de investimentos da Companhia com vistas à melhoria de produtividade e segurança.

Licença ambiental segregação leste

No dia 08 de fevereiro de 2011 foi expedida pelo IBAMA a licença de instalação, vinculada à autorização de supressão de vegetação também expedida na mesma data pelo mesmo órgão, relativa às obras de segregação da linha férrea da MRS na região Metropolitana de São Paulo, nos trechos entre Manoel Feio e Suzano, atravessando os municípios de Itaquaquecetuba, Poá e Suzano.

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 24 de março de 2011 foi aprovado o aumento do capital social utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa nº. 26, letra “a”).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no parecer da KPMG Auditores Independentes, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Gabriel Stoliar
Presidente

Eduardo Moreira Pereira
Wilfred Theodoor Bruijn
Jayme Nicolato Correa
Paulo Penido Pinto Marques
Davi Emery Cade
Paulo Roberto Perlott Ramos
Roberto Gottschalk

Membros da Diretoria Executiva

Eduardo Parente Menezes
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Henrique Aché Pillar
Diretor de Desenvolvimento

Carlos Henrique Waack
Diretor Comercial

Alexandre Fleischhauer
Diretor de Engenharia e Manutenção

Luiz Cláudio Torelli
Diretor de Operações

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos e Qualidade



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Elvira Cavalcanti
Diretora Financeira



MRS Logística S/A

RELATÓRIO ANUAL
2010



ÍNDICE

1.	A COMPANHIA	3
2.	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	4
3.	RESULTADOS COMERCIAIS	6
4.	ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	9
5.	PROJETOS E INVESTIMENTOS	13
6.	TECNOLOGIA	16
7.	RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE	18
8.	SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	19
9.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
10.	DESENVOLVIMENTO DE RH	24
11.	SISTEMAS DE GESTÃO MRS	25
12.	ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS	26
13.	AUDITORES INDEPENDENTES	27



1. A COMPANHIA

A MRS Logística S.A. foi constituída em 30 de agosto de 1996 para concorrer à privatização da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S/A, tendo adquirido o direito de operar a malha no leilão realizado em 20 de setembro – Edital nº. PND/A-05/96/RFFSA, de 11 de julho de 1996. O único participante do leilão foi o Consórcio MRS Logística, liderado pelos principais clientes da Malha Sudeste da RFFSA, que se tornaram os principais acionistas da MRS.

Como resultado dessa privatização, em 28 de novembro de 1996, a MRS celebrou com a União Federal o Contrato de Concessão, pelo qual foi concedido à Companhia o direito de exploração do transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste, pelo prazo de 30 anos, renovável por mais 30 anos. A MRS celebrou com a RFFSA, também por prazo de 30 anos e renovável por igual período caso o Contrato de Concessão venha a ser renovado, o Contrato de Arrendamento, pelo qual foram arrendados os bens operacionais vinculados à prestação do serviço objeto da concessão.

Desde então, a Companhia vem atingindo recordes anuais de produção, aumentando significativamente o transporte de carga em sua área de atuação.

A MRS Logística interliga os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, totalizando 1.643 km de malha. Trata-se de um corredor logístico que facilita o processo de transporte e distribuição de cargas em uma região que concentra aproximadamente 54% do Produto Interno Bruto do Brasil e onde estão instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha da MRS também é possível alcançar os portos de Itaguaí/RJ e de Santos/SP, sendo este o mais importante da América Latina.

O foco das atividades da MRS é o transporte ferroviário de cargas, incluindo minérios, produtos siderúrgicos acabados, cimento, bauxita, produtos agrícolas, coque verde e contêineres, entre outros, bem como a logística integrada, o que implica planejamento, multimodalidade e *transit time* definido. Ou seja, uma operação de logística completa.

Para desenvolver suas atividades com eficácia, a MRS trabalha com equipamentos modernos, tais como sistema de localização via satélite com posicionamento de trens em tempo real, sinalização defensiva, detecção de problemas nas vias com apoio de raios-X e ultrassom para detectar fraturas ou fissuras nos trilhos.

Criada com metas bem definidas sobre preservação do meio ambiente, a MRS implementa vários programas de cunho ambiental: recuperação de áreas degradadas com emprego de revestimentos vegetais, gerenciamento de resíduos e adoção de medidas preventivas para eliminação de processos poluidores são alguns exemplos. A responsabilidade social também merece destaque nas ações da MRS. A Companhia implanta uma série de medidas sobre procedimentos operacionais, capacitação de recursos humanos, conscientização e emprego de tecnologias, para garantir o transporte eficiente e seguro não só de suas cargas, mas também de seus funcionários.

O objetivo da MRS para os próximos anos é alcançar o topo da eficiência operacional, garantindo segurança e atendimento às demandas dos clientes. Diferenciais competitivos, reestruturação de processos existentes para conquista de novos clientes, investimento em



pessoal e ampliação da participação no mercado de carga geral estão em pauta para fazer da MRS a melhor operadora logística ferroviária do país.

Em 2009, a MRS subiu no *ranking* de maiores operadoras unitárias de transporte de carga, atingindo o topo da lista, em toneladas úteis, segundo dados da ANTT. Já em 2010, atingiu a marca recorde de 144,1 milhões de toneladas úteis transportadas, consolidando a tendência de crescimento.

2. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Ao completar, em 2010, 14 anos de atividades, a MRS Logística reafirma sua trajetória de sucesso. Os resultados operacionais alcançados pela Companhia foram beneficiados pela retomada da produção da indústria brasileira e da exportação de minério de ferro.

Neste ano, a Companhia continuou a implementar projetos de expansão da capacidade de produção, segundo seu Plano de Negócios, através da duplicação e ampliação de linhas e pátios, da aquisição de novas locomotivas e vagões e da mudança do modelo operacional. Entre as várias ações realizadas ao longo do ano, merece destaque o contrato para a implantação do Projeto da Segregação das Operações de transporte ferroviário de passageiros e cargas num trecho de 12 quilômetros, entre Manoel Feio (Itaquaquecetuba) e Suzano (leste da Região Metropolitana de São Paulo). Os investimentos significativos a serem realizados, a modernização no modelo de gestão e o cuidado com a qualificação e o desenvolvimento dos colaboradores permitirão que a MRS atenda de forma eficiente às expectativas de clientes tradicionais da ferrovia, como também promova a expansão de sua base de atuação, buscando, assim, diversificar mercados.

Os volumes transportados em 2010 apresentaram aumento de 11,7% em relação ao exercício anterior, atingindo 144,1 milhões de toneladas contra 128,9 milhões de toneladas em 2009. Em outubro, atingimos nosso recorde histórico de produção, ao transportar 13,5 milhões de toneladas úteis no mês.

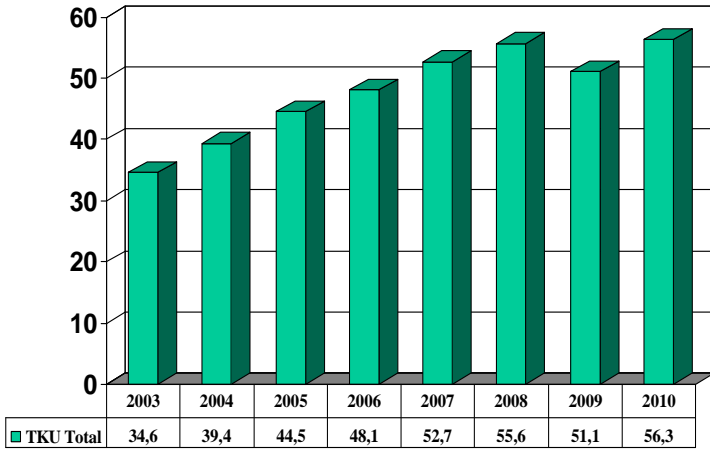
A receita bruta anual de R\$ 2.485,3 milhões resultou em uma redução de 4,5% em relação a 2009, enquanto a Geração Operacional de Caixa de R\$ 1.013,9 milhões representou queda de 19,9% em relação aos R\$ 1.266,1 milhões do ano anterior. Foi alcançado um lucro líquido de R\$ 438,8 milhões, contra um resultado de R\$ 605,7 milhões em 2009.

Estes resultados são, em grande medida, consequência de ajustes financeiros não recorrentes que ocorreram durante o exercício de 2010 e que estão detalhados no item 4 deste relatório.

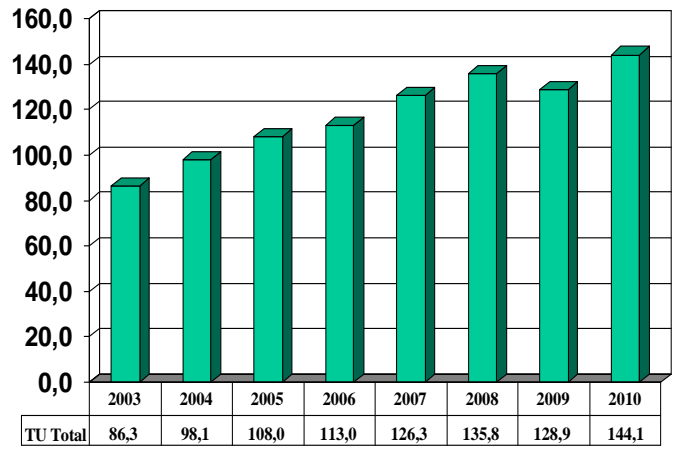
Todas as metas contratadas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres foram cumpridas. A produção total de transporte foi de 56,3 bilhões de toneladas-quilômetro úteis (TKUs), enquanto o índice de acidentes manteve-se em patamares comparáveis aos padrões internacionais: foram 5,35 acidentes por milhão de trens.kilômetro, 72,1% melhor que a meta estabelecida pela ANTT.

A MRS Logística agradece aos seus acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros, às autoridades federais, estaduais e municipais e às comunidades de sua área de atuação. Os resultados aqui apresentados e as perspectivas descritas refletem a contribuição de todos para o desenvolvimento da Companhia.

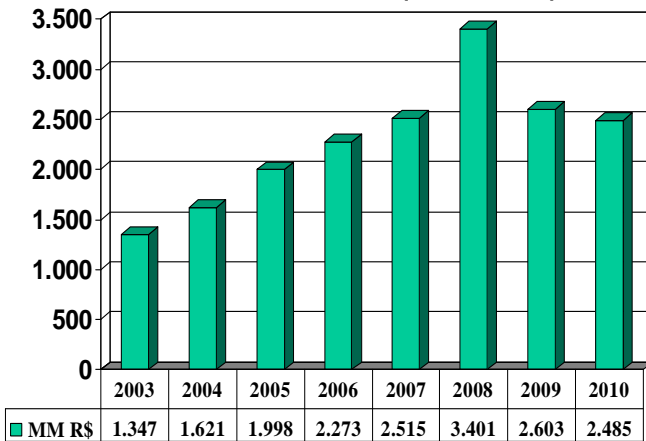
Volume Transportado (Bilhões de TKU)



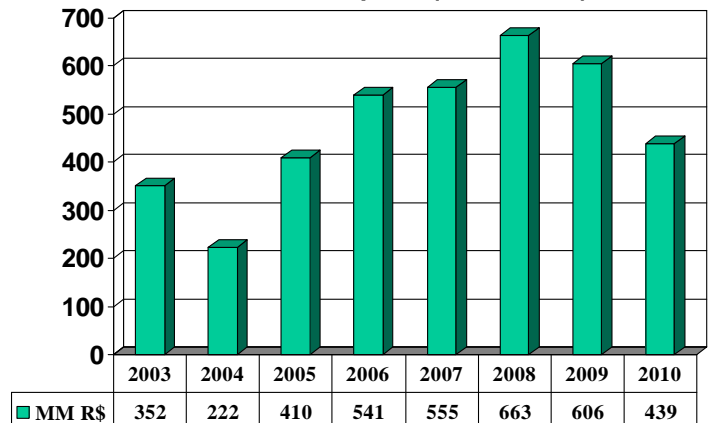
Volume Transportado (Milhões de TU)



Faturamento Bruto (R\$ Milhões) *

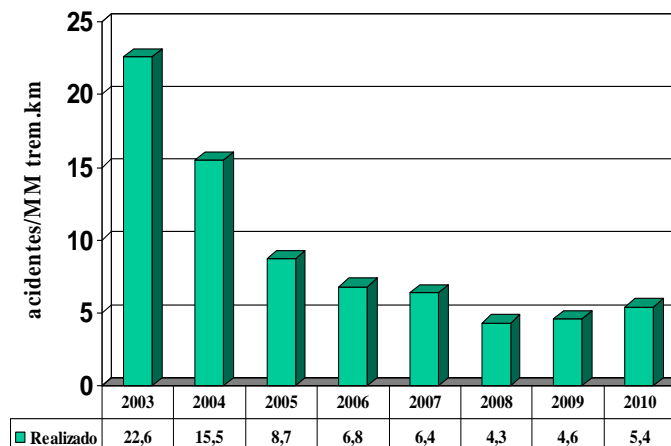


Lucro Líquido (R\$ Milhões) *



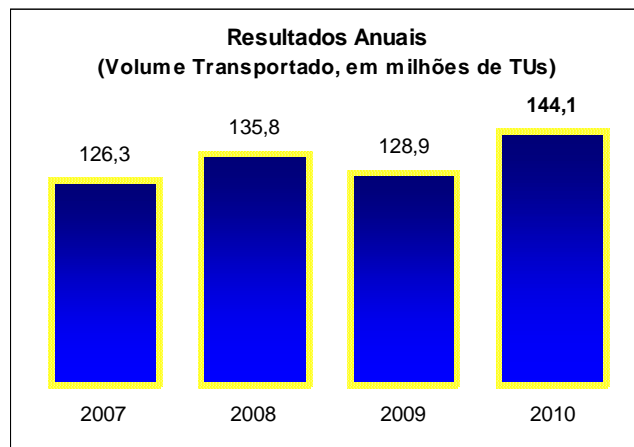
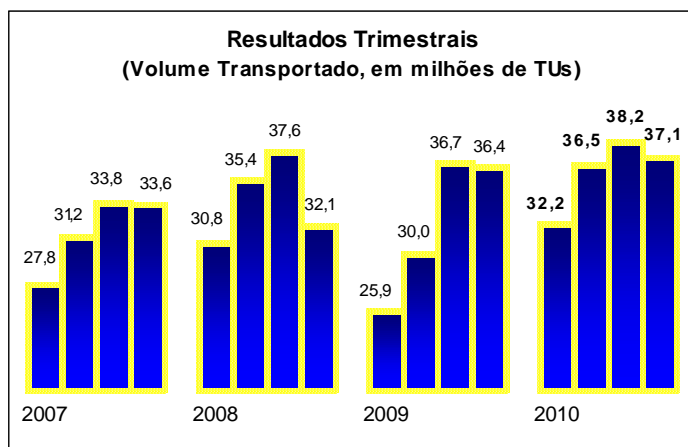
* O Faturamento Bruto e o Lucro Líquido de 2008 foram impactados pela contabilização extraordinária da adesão ao Programa de Parcelamento Especial (PPEI) relativamente aos débitos de ICMS junto ao Governo de Minas Gerais.

Acidentes (Acidentes/MM trem.km)



3. RESULTADOS COMERCIAIS

Em 2010, a MRS reafirma sua trajetória de crescimento com 144,1 milhões de toneladas transportadas no ano, patamar 11,7% superior ao resultado alcançado em 2009, correspondendo a um acréscimo de 15,2 milhões de toneladas.



Em boa medida, esse incremento é reflexo da retomada da atividade econômica no país e dos investimentos realizados no âmbito doméstico, além da pujança das exportações de minério de ferro. Neste sentido, a Companhia registrou, no ano, um crescimento de 11,1% no transporte de cargas relacionadas ao grupo *Heavy Haul* (minério de ferro, carvão e coque), equivalendo a uma alta de 10,7 milhões de toneladas em relação a 2009.

O grupo de Carga Geral, englobando as demais cargas transportadas, apresentou um incremento ainda maior. Representando 26,3% no total movimentado pela MRS em 2010, contribuiu com 4,5 milhões de toneladas adicionais, um acréscimo de 13,4% em relação ao patamar registrado no ano anterior, permanecendo com sua trajetória de crescimento no *mix* total transportado pela Companhia.

Mix Transportado	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Heavy Haul	73,3%	73,5%	75,9%	73,7%	74,1%
Carga Geral	26,7%	26,5%	24,1%	26,3%	25,9%



Volume Transportado (TU milhares)	4T10	4T09	4T10 x 4T09	3T10	4T10 x 3T10
Minério de Ferro	26.292	26.892	-2,2%	27.088	-2,9%
<i>Exportação</i>	22.118	23.056	-4,1%	23.372	-5,4%
<i>Consumo Interno</i>	4.174	3.836	8,8%	3.716	12,3%
Carvão e Coque	917	759	20,8%	1.003	-8,6%
Produtos Siderúrgicos	1.259	1.383	-9,0%	1.505	-16,4%
Produtos Agrícolas	4.669	3.550	31,5%	4.724	-1,2%
Outros	3.982	3.857	3,2%	3.903	2,0%
Total	37.118	36.442	1,9%	38.223	-2,9%

Volume Transportado (TU milhares)	2010	2009	2010 x 2009
Minério de Ferro	102.527	92.416	10,9%
<i>Exportação</i>	87.498	80.237	9,0%
<i>Consumo Interno</i>	15.028	12.178	23,4%
Carvão e Coque	3.718	3.172	17,2%
Produtos Siderúrgicos	5.697	5.063	12,5%
Produtos Agrícolas	17.038	14.208	19,9%
Outros	15.084	14.068	7,2%
Total	144.062	128.926	11,7%

HEAVY HAUL

Minério de Ferro - Exportação:

Em 2010, o Brasil apresentou o recorde de 310,9 milhões de toneladas de minério de ferro exportadas, uma alta de 16,9% em relação ao registrado em 2009, reflexo da manutenção da forte demanda chinesa pelo produto brasileiro.

Responsável pelo escoamento de 28,1% do total de minério de ferro exportado pelo país, a MRS, em 2010, alcançou o recorde de 87,5 milhões de toneladas de minério de ferro transportadas, correspondendo a um incremento de 9,0% em relação ao volume movimentado em 2009.

Minério de Ferro - Mercado Interno, Carvão e Coque:

Mesmo diante dos desafios enfrentados pelas usinas siderúrgicas no 2º semestre de 2010, com a entrada de produto importado, a produção nacional de aço ficou em patamares superiores ao verificado em 2009, influenciando positivamente o consumo de minério de ferro, carvão e coque.

Neste contexto, a Companhia registrou 18,8 milhões de toneladas transportadas no ano, um acréscimo de 22,1%, correspondente a 3,4 milhões de toneladas adicionais no transporte



destas cargas, com destaque para o crescimento de 23,4% de minério de ferro, se comparado com o total transportado em 2009.

CARGA GERAL

Produtos Siderúrgicos:

Em linha com o crescimento na produção mundial de aço, o Brasil produziu 32,8 milhões de toneladas em 2010, equivalente a uma alta de 23,8% em relação ao ano de 2009. Entretanto, as vendas do produto nacional foram afetadas pela entrada do produto importado no mercado interno e pela dificuldade de exportação em função da apreciação do Real, ocasionando elevação nos níveis de estoque do produto no Brasil.

Como consequência, a MRS apresentou performance abaixo da produção siderúrgica nacional, com crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior, tendo transportado 5,7 milhões de toneladas destinadas, principalmente, ao mercado interno.

Produtos Agrícolas:

Influenciado, sobretudo, pelo clima adverso nas maiores regiões produtoras de açúcar e milho no mundo, em 2010, o Brasil elevou seus volumes de exportação de açúcar em 15,3% e de milho em 37,6% quando comparados com 2009.

Este desempenho contribuiu diretamente para o aumento do transporte ferroviário da cesta de produtos agrícolas pela malha da MRS (açúcar, milho, soja e farelo de soja), que apresentou um incremento de 19,9% em relação a 2009, resultando em 17,0 milhões de toneladas transportadas. Deste total, a MRS foi responsável por 11,8% do volume, correspondendo a 2,0 milhões de toneladas, enquanto outras ferrovias, utilizando a malha da Companhia, transportaram as 15,0 milhões de toneladas restantes.

Outros:

Neste grupo, merece destaque o transporte de produtos industrializados. Apesar das dificuldades operacionais enfrentadas no 1º semestre de 2010, que afetaram sensivelmente a capacidade de transporte em parte da região de São Paulo, a recuperação no 2º semestre de 2010 garantiu o transporte desses produtos em patamares equivalentes ao de 2009. Foram 77 mil TEUS de contêineres e 756,3 mil toneladas de celulose movimentados em 2010, com destaque para o recorde mensal de transporte de celulose em outubro, com 79,4 mil toneladas.

No segmento de construção civil, refletindo a retomada do crescimento de sua cadeia produtiva e os elevados investimentos e incentivos oferecidos pelo Governo Federal e pela iniciativa privada, a MRS transportou, no ano, 3,6 milhões de toneladas entre areia, cimento e outros produtos, o que corresponde a uma alta de 3,1% no total destes produtos em relação a 2009. Responsável por 44,2% desse volume, o segmento de areia registrou um crescimento de 13,1% em 2010, alcançando o patamar de 1,6 milhão de toneladas transportadas, o maior volume dos últimos quatro anos.



4. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2010, ocorreram alguns ajustes financeiros relevantes, não recorrentes, porém necessários, que impactaram o resultado da Companhia, conforme descrito a seguir:

Adesão ao PPE II: em maio de 2010, a Receita Estadual de Minas Gerais instituiu o Programa de Parcelamento Especial II (PPE II) através do Decreto 45.358/10, relativo a débitos de ICMS. A MRS, aproveitando as condições favoráveis deste Programa, decidiu aderir, efetuando o pagamento da dívida, à vista, em agosto de 2010, no valor de R\$314,2 milhões, cessando, assim, as dívidas oriundas de parcelamento de ICMS com o Governo de Minas Gerais.

A adesão ao PPE II reduziu em torno de 45% o valor do parcelamento referente ao PPE I, o qual se originou na habilitação da MRS junto ao programa de anistia do ICMS, promovido em junho de 2008, por esta mesma Receita Estadual.

Como consequência, efetuou-se o repasse deste desconto aos clientes, da seguinte forma:

- CSN e Nacional Minérios: como estes clientes optaram por quitar todo o contas a receber com a MRS à vista, em agosto de 2010 efetuamos o desconto financeiro, referente às notas fiscais emitidas em 2008, nos seguintes valores: R\$10,2 milhões para a CSN e R\$1,1 milhão para a Nacional Minérios.
- Vale e MBR: efetuou-se, em setembro de 2010, o cancelamento das notas emitidas e não quitadas, procedendo-se novo faturamento no valor de R\$186,8 milhões para Vale e R\$137,7 milhões para MBR, ambos com vencimento em 26 de novembro de 2010.

Esta adesão acabou por gerar um impacto negativo de R\$ 97,2 milhões no faturamento líquido, além de R\$ 4,8 milhões referentes à despesa de DIFAL, lançada em Outras Despesas Operacionais, totalizando R\$ 102,0 milhões de ajuste direto no EBITDA.

Entretanto, como houve um abatimento no valor de multas e juros incidentes sobre a dívida, a empresa obteve um resultado financeiro positivo, gerando um efeito final positivo no Lucro Líquido do exercício de R\$ 26,2 milhões.

Provisão SIACO: iniciado em abril de 2006, o projeto SIACO - Sistema Integrado de Automação e Controle da Operação visava dar suporte à expansão da capacidade de produção da Companhia, através da modernização do Centro de Controle Operacional e da sinalização da malha ferroviária, além da instalação de um sistema de comunicação móvel de dados e de controle de bordo nos veículos ferroviários.

Durante os exercícios seguintes ocorreram diversos atrasos importantes no projeto devido aos desafios tecnológicos inerentes à sua complexidade e ineditismo mundial. Desta forma, em 2010 a Companhia reavaliou a estratégia adotada e tomou a decisão de redirecionar o projeto de sinalização. Como consequência desta decisão, parte dos investimentos já realizados não serão mais aproveitados.

Em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos foi constituída, em dezembro de 2010, a provisão para perdas deste ativo no valor de R\$62,0 milhões. O valor provisionado refere-se ao custo de aquisição dos ativos, líquidos dos efeitos da depreciação até a data de constituição desta provisão.



Em conjunto estes dois ajustes pioraram os resultados da Companhia, em especial, os valores de Faturamento Líquido (-R\$97,2 milhões) e EBITDA (-R\$163,9 milhões), bem como da Margem EBITDA (-5,5 pontos percentuais), conforme exposto a seguir.

Trimestre	4T10	4T09	4T10 x 4T09	3T10	4T10 x 3T10
Receita Líquida (R\$ milhões)	600	606	-1,0%	492	22,0%
Tarifa Média (R\$/ton)	17,8	18,5	-3,8%	14,3	24,5%
EBITDA (R\$ milhões)	163	365	-55,3%	133	22,6%
Margem EBITDA (%)	27,2%	60,2%	-33,0pp	27,1%	0,1pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	67	197	-66,0%	128	-47,7%
Dívida Líquida/EBITDA ³ (x)	1,82x	0,79x	130,4%	1,48x	20,0%

Ano	2010	2009	2010 x 2009
Receita Líquida (R\$ milhões)	2.247	2.276	-1,3%
Tarifa Média (R\$/ton)	17,3	20,2	-14,4%
EBITDA (R\$ milhões)	808	1.230	-34,3%
Margem EBITDA (%)	36,0%	54,0%	-18,0pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	439	606	-27,6%

Faturamento:

O faturamento líquido de 2010 foi de R\$2.247,1 milhões, uma queda de R\$28,9 milhões em relação a 2009, principalmente pela queda da tarifa líquida média (-R\$265,0 milhões), sendo compensada, em grande medida, pelo adicional de volume transportado (+R\$236,1 milhões).

Ano	2010	2009	2010 x 2009
Tarifa Líquida Média (R\$/ton)	15,6	17,7	-11,9%

A redução da tarifa média líquida anual deve-se, em parte, ao impacto contábil de R\$ 97,2 milhões relativo à adesão ao PPEII, já exposto acima, bem como ao lançamento expressivo, em 2009, de valores relativos às cláusulas de *Take or Pay* dos contratos de transporte, por conta dos efeitos da crise mundial. Adicionalmente, pode-se mencionar o repasse de parcela dos ganhos de escala aos clientes, como também alguns estornos de provisão em junho



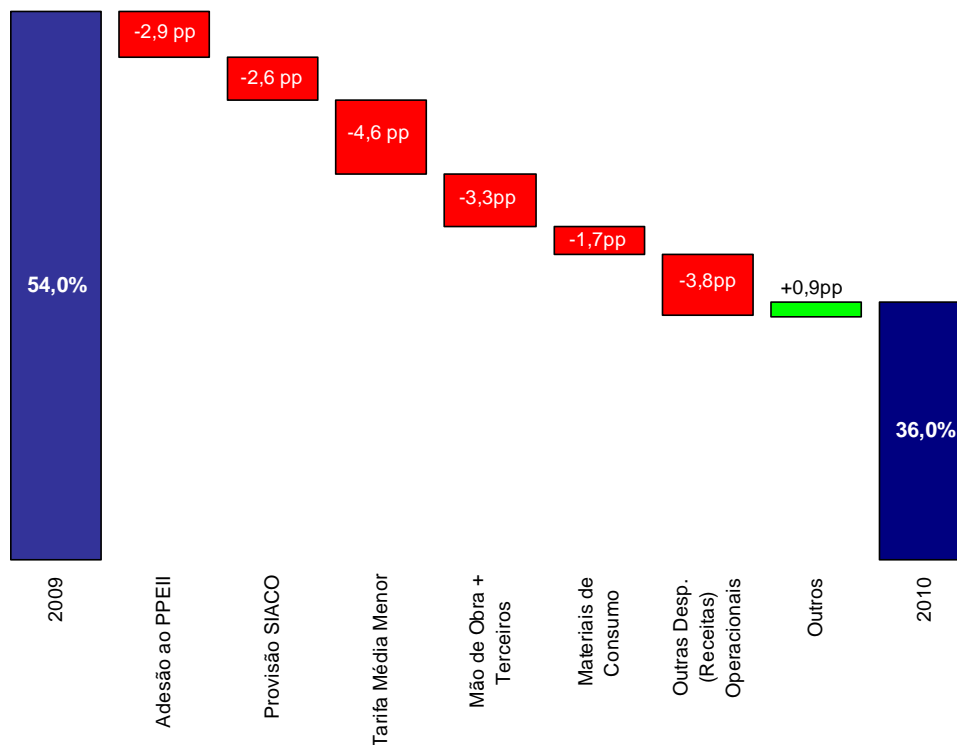
(R\$2,0 milhões), setembro (R\$40,4 milhões) e dezembro (R\$11,9 milhões), no valor total de R\$54,3 milhões, que igualmente contribuíram para essa queda.

No trimestre, o faturamento ficou praticamente em linha com o resultado alcançado no mesmo período do ano anterior, apresentando acréscimo de 22,0% em relação ao 3º trimestre de 2010, muito por conta dos efeitos da adesão ao PPE II, além do maior estorno de provisão mencionado no parágrafo acima, de R\$40,4 milhões, em setembro.

EBITDA e Lucro Líquido:

No ano, o EBITDA ficou 34,3%, abaixo do valor obtido em 2009, totalizando R\$808,3 milhões, enquanto a margem EBITDA atingiu 36,0%, ou seja, 18,0 pontos percentuais (pp) abaixo do ano anterior. No gráfico abaixo, são apresentados os principais vetores desta queda:

Evolução Margem EBITDA



- ✓ Adesão ao PPE II: este evento já mencionado anteriormente, gerou impacto negativo de R\$ 97,2 milhões no faturamento líquido, além de R\$ 4,8 milhões referentes à despesa de DIFAL, lançada em Outras Despesas Operacionais, totalizando R\$ 102,0 milhões de ajuste. Todos estes eventos encontram-se detalhados nas Notas Explicativas nº. 7 e 25, letra “a” da DFP de 2010.



- ✓ Provisão SIACO: como resultado do redirecionamento estratégico explicado acima, decidiu-se pelo provisionamento, em dezembro, do valor de R\$62,0 milhões, na linha de Outras Despesas Operacionais, reconhecendo, assim, a perda associada a esta modificação.
- ✓ Tarifa Média Menor: tanto o lançamento expressivo, em 2009, de valores relativos às cláusulas de *Take or Pay*, sem a respectiva contrapartida em custos, quanto o repasse de parcela dos ganhos de escala aos clientes, além dos estornos de provisão (R\$54,3 milhões) já mencionados acabaram por provocar uma queda de 11,9% na tarifa líquida média, contribuindo com perda de 4,6 pp na margem EBITDA.
- ✓ Mão de Obra Operacional & Terceiros: a produção recorde do ano levou ao aumento de *headcount*, principalmente na operação, por meio da contratação de maquinistas e auxiliares, e respectivos gastos de treinamento, além do incremento em serviços de terceiros, associado ao maior nível de manutenção.
- ✓ Material de Consumo: a perda na margem foi reflexo do maior gasto em manutenção de locomotivas e vagões, por conta do aumento da frota, além de fazer parte do esforço da Companhia em diminuir o “*backlog*”, isto é, a parcela de revisões em aberto, buscando melhorar os níveis de disponibilidade e de confiabilidade de seus ativos.
- ✓ Outras Despesas (Receitas) Operacionais: já excluídos os lançamentos mencionados acima (PPE II e SIACO), houve uma perda de 3,8 pp, com destaque para alguns provisionamentos significativos que somaram R\$42,4 milhões, devidamente detalhados na nota explicativa nº. 25 das DFP de 2010, em especial, com a contribuição de temas tributários, participando com R\$27,2 milhões deste total.
- ✓ Outros: reúne diversos vetores, com destaque para a melhora ocasionada pelo ganho de escala obtido na conta de Concessão e Arrendamento (+0,7 pp), por tratar-se de um custo fixo, ou seja, não acompanha o crescimento do serviço de transporte de carga.

No trimestre, a Margem EBITDA manteve-se praticamente constante em relação ao 3º trimestre de 2010, ao passo que apresentou queda de 33,0 pp em comparação ao mesmo período do ano passado. De forma geral, esta queda se deu pelos mesmos motivos elencados acima, com exceção da adesão ao PPEII, lançado contabilmente no 3º trimestre de 2010. Em especial, contribuiu para essa queda de margem o efeito do lançamento de valores expressivos de *Take or Pay*, realizado integralmente no 4º trimestre de 2009, incrementando sobremaneira a Margem EBITDA daquele trimestre.

O lucro líquido de 2010 foi de R\$ 438,8 milhões, representando uma queda de 27,6% em relação a 2009, enquanto, no trimestre, a queda foi de 47,7% quando comparado ao 3º trimestre de 2010.

Endividamento:

Destaca-se, no 4º trimestre de 2010, o desembolso de R\$150,2 milhões junto ao BNDES. Deste montante, R\$107,9 milhões haviam sido contratados via operação direta, tendo como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de vagões e locomotivas. Através de operações indiretas via FINAME, sob as



novas regras de PSI, foram liberados os R\$ 42,3 milhões restantes para a aquisição de material rodante.

A dívida bruta encerrou o ano em R\$1.874,0 milhões, representando um aumento de 3,0% em comparação ao 3º trimestre de 2010, quando alcançou R\$1.819,4 milhões. A dívida líquida, por sua vez, atingiu R\$1.469,0 milhões no 4º trimestre de 2010, uma redução de 1,8% em comparação ao 3º trimestre de 2010. Ainda no trimestre, o indicador Dívida Líquida/EBITDA passou de 1,35x para 1,82x, basicamente, pela redução no EBITDA acumulado nos últimos 12 meses.

Destacam-se, abaixo, as principais operações financeiras contratadas pela Companhia no ano:

- ✓ BNDES – Financiamento direto via DULC, de R\$ 503,7 milhões. Deste valor, ao longo do ano, foram desembolsados R\$ 344,3 milhões. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e de recuperação de ativos, além de compras de locomotivas.
- ✓ FINAME – Financiamento indireto pelo PSI, de R\$ 97,6 milhões, para aquisição de vagões.
- ✓ Debêntures – Emissão de R\$ 300,0 milhões em debêntures não conversíveis, sob Instrução CVM nº476, integralmente adquiridas pelo FI-FGTS. Os recursos foram aplicados em projetos de expansão da via permanente e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões.
- ✓ FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – Financiamento de R\$ 20,9 milhões, sendo o primeiro desembolso de R\$ 4,0 milhões já efetuado. Este financiamento se destina ao projeto “Aplicação de Dormentes de Composto Plástico”, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis, para produção e utilização de dormentes.

5. PROJETOS E INVESTIMENTOS

O contexto do ano foi bastante desafiador, considerando a recuperação dos níveis de investimento do período pré-crise e o crescimento do mercado interno, principalmente no segmento da construção civil, o que dificultou contratações e aquisições de equipamentos e serviços. Além disso, a capacidade limitada do mercado fornecedor acirrou a competitividade no processo de expansão do setor ferroviário.

Como forma de garantir a sustentabilidade do seu negócio, a MRS acelerou a retomada do ritmo de investimentos, buscando conjugar crescimento, confiabilidade e segurança, garantindo um portfólio equilibrado de programas e projetos estratégicos.

Material Rodante:

Com foco na expansão da capacidade instalada, foi criado um programa voltado para a expansão da malha e a aquisição de locomotivas e vagões. No total, foram incorporados à frota um total de 13 locomotivas AC44i, 822 vagões GDT e 10 vagões GDU, todos novos. Somados, estes ativos representam os maiores investimentos realizados em 2010.

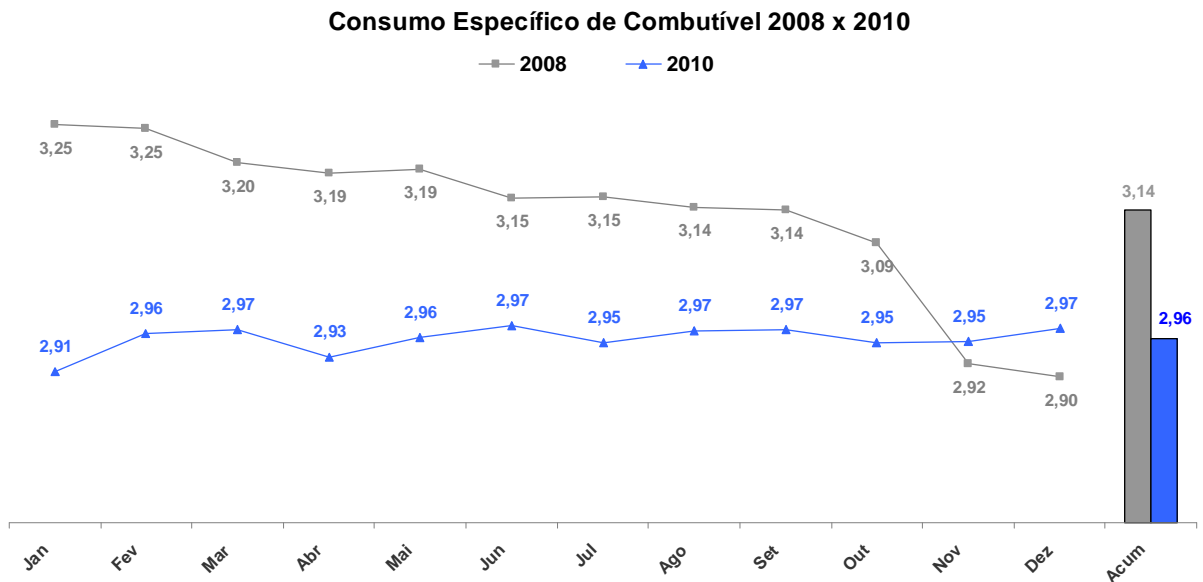


Eficiência Energética:

Diversas ações foram implementadas no decorrer de 2010 visando o aumento da eficiência energética e consequente redução no consumo de combustível relativo, com destaque para aquelas listadas a seguir:

- ✓ Procedimento de Velocidade Econômica: teve como objetivo melhorar o aproveitamento de tração das locomotivas em determinados trechos do trem vazio. Como possibilita apagar ou isolar locomotivas em certas localidades, garante o total aproveitamento de sua tração, com redução direta no consumo de combustível. Para completar a economia nos demais trechos de circulação, está sendo retomado o Sistema de Aceleração Independente (SAI), que tem como objetivo facultar que a 2ª locomotiva do trem seja apagada ou colocada em vazio sem que seja necessário parar o trem, além de possibilitar que o maquinista coloque acelerações diferentes nessas locomotivas, auxiliando na redução do consumo de combustível.
- ✓ Trem de minério destinado à exportação de 134 vagões: esta alteração, finalizada no 3º trimestre de 2010, foi possível devido à alteração na utilização das locomotivas. Foram formados conjuntos com as locomotivas mais potentes (AC 44i e C44), viabilizando, assim, que os trens com 3 locomotivas passassem a ser tracionados na maioria do ciclo com apenas 2 locomotivas, permitindo incluir mais dois vagões na composição, passando de 132 para 134. Como resultado, o trem ficou do mesmo tamanho, porém, com mais carga.
- ✓ Criação do trem de 160 vagões: com o objetivo de aumentar a capacidade da malha da MRS, foi desenvolvido um projeto de aumento dos trens, por meio do uso de tração distribuída. Este projeto consistiu em criar um trem de 160 vagões, inicialmente, em um fluxo que não provocasse perdas no tráfego ferroviário, considerando a infraestrutura atual dos pátios da MRS. O trem de 160 vagões, em formato de tração distribuída, começou a circular em setembro, tendo como resultado a redução de um trem diariamente na malha sem afetar o volume de produção deste fluxo.
- ✓ Auxílio Direto: no 4º trimestre de 2010, uma nova operação foi iniciada na MRS com objetivo de redução do *transit time* em trechos da malha muito congestionados pelas paradas dos trens para anexação e desanexação do auxílio de tração na cauda. Com esta operação, chamada de "Auxílio Direto" até Bom Jardim, obteve-se como resultado, a redução no tempo de circulação dos trens devido à redução do número de paradas para adição e retirada das locomotivas de auxílio. Em Dezembro, conseguiu-se implantar o auxílio direto em 100% dos trens de minério para exportação, com a expectativa de redução tanto do *transit time*, quanto do consumo de combustível.
- ✓ Rotina de regulação de motores: no início de 2010, a partir de um estudo de consumo das locomotivas foi desenvolvida uma rotina de "regulação de motores" das locomotivas no momento das inspeções de viagem, sem que este procedimento afetasse a disponibilidade da locomotiva para a operação. A rotina consistiu em verificar o consumo de combustível de cada locomotiva e regular aquelas que estivessem fora dos parâmetros estabelecidos pelo fabricante, totalizando 324 testes de consumo em 2010.

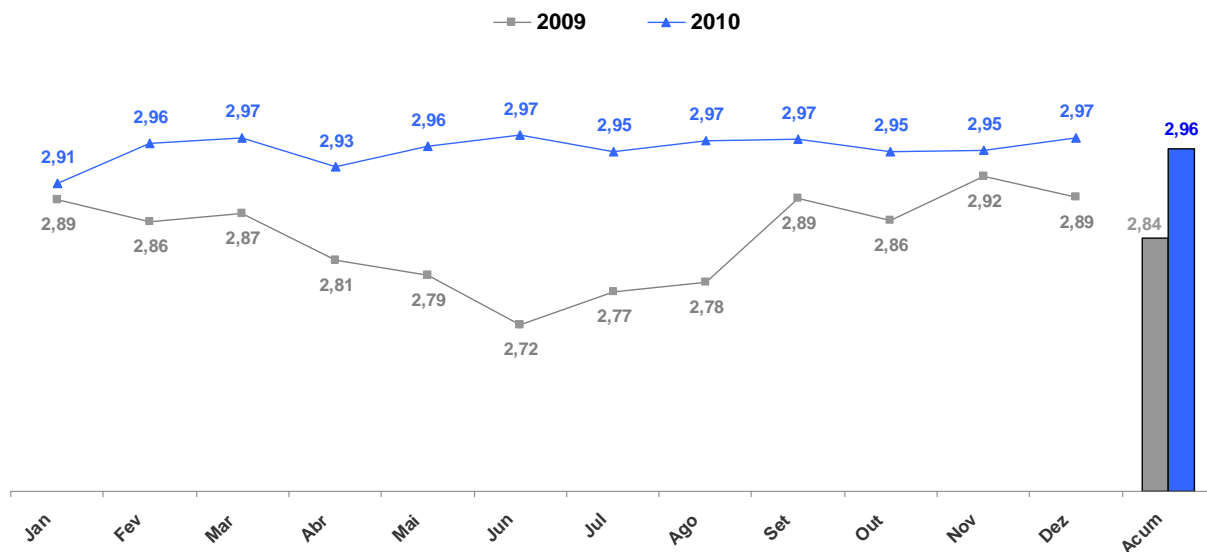
Como reflexo de todas estas ações, o gráfico a seguir, demonstra uma melhoria de consumo específico em 2010 de 5,7% em relação a 2008.



Por outro lado, como 2009 foi um ano de crise em que, com a baixa de produção, utilizaram-se praticamente apenas as melhores locomotivas, o indicador de eficiência energética foi excepcionalmente bom. Então, se compararmos o número de 2010 em relação a 2009, tem-se uma piora de 4,1%.



Consumo Específico de Combustível 2009 x 2010



A seguir, são apresentados os grandes grupos de investimentos realizados em 2010:

Investimentos em 2010	(R\$ milhões)
Via permanente	287,4
Material rodante (locomotivas e vagões)	275,8
Sistemas de eletroeletrônica	38,7
Adiantamento para aquisição de ativos	24,1
Programa Segurança-Meio Ambiente-Saúde (SMS)	15,4
Oficina	9,8
Pátios e terminais	2,2
Diversos	53,7
Total	707,1

6. TECNOLOGIA

A área de Tecnologia da Informação implementou diversas ações ao longo do ano, destacando-se as seguintes:

- Aprimoramento do processo de investimento em tecnologia da informação, com a implantação do Planejamento Estratégico de TI, englobando a elaboração da metodologia, o alinhamento com os planos diretores e a realização do 1º ciclo de planejamento estratégico para o período de 2011 a 2015.
- Estruturação e consolidação da atuação do Escritório de Projetos da Gerência Corporativa de Tecnologia da Informação (EPTI), responsável pela gestão do



portfólio de projetos de investimentos em tecnologia da informação, incluindo sistemas de informação, infraestrutura e telecomunicação.

6.1. Segurança da Informação:

- ✓ Redução dos riscos de ataques internos à rede da MRS, a partir de microcomputadores e *notebooks* não homologados através da implantação do módulo de Network Admission Control (NAC), na sede operacional, em Juiz de Fora (MG). A implantação atende a requisitos de segurança e foi recomendada pela Auditoria Interna da MRS.

6.2. Telecomunicação e Redes:

- ✓ Migração de rede legada para nova tecnologia de rede MPLS (Multi Protocol Label Switching), permitindo aumento de confiabilidade nos ativos de telecom.
- ✓ Implantação de nova tecnologia de telefonia no padrão IP (Internet Protocol) para garantir a mobilidade por toda a rede de dados da MRS.
- ✓ Adequação da infraestrutura de videoconferência, através da implantação da solução Multipoint Control Unit (MCU), que possibilita que qualquer local de videoconferência possa interagir com vários sites simultaneamente.

6.3. Tecnologia da Informação (Infra-estrutura):

- ✓ Implantação de otimizador de performance de servidores HP (Big IP), com ganhos no balanceamento de processamento dos servidores da MRS.
- ✓ Instalação de *software* de gerenciamento e controle de rotinas de processamento de dados (ControlM), com ganhos de performance e parâmetros de gestão das rotinas de processamento.

6.4. Sistemas de Informação:

- ✓ Implantação do sistema de orçamento por atividade e demonstrações financeiras (Sistema de Orçamento).
- ✓ Implantação de painel de acompanhamento das cargas MRS, com ganhos de troca de informações com clientes e melhoria dos processos operacionais. O painel permite visualizar a grade de chegada de trens, favorecendo a gestão da cadeia logística dos clientes.
- ✓ Solução de TV Corporativa para divulgação de metas corporativas, indicadores gerenciais e indicadores de produção (transporte).
- ✓ Implantação do sistema de controle de circulação de trens na Cremalheira (trecho de serra que liga Paranapiacaba-SP a Cubatão-SP), com ganhos operacionais de circulação.



- ✓ Implantação e consolidação do uso de coletores de dados para registro dos eventos de manutenção de via permanente e eletro-eletrônica (sinalização), no próprio local do serviço.

6.5. Sinalização - CBTC (Communication Based Train Control):

Em 2010, a MRS implantou um conjunto de *no-breaks* e subestações de energia para o aumento de confiabilidade do sistema de apoio à sinalização ferroviária. Completou, também, a instalação dos equipamentos de registro de eventos nas locomotivas, melhorando a capacidade de análise de potenciais falhas e, conseqüentemente, o aumento da disponibilidade dos ativos críticos.

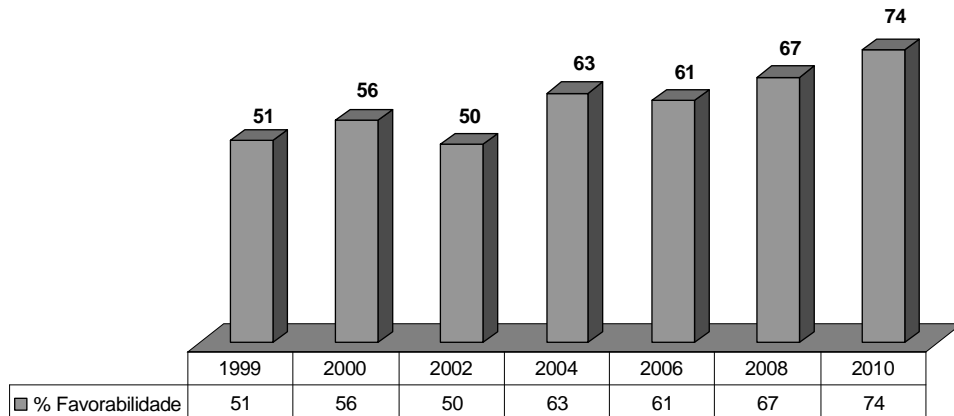
De forma a reduzir riscos tecnológicos relativos ao SIACO já mencionados anteriormente e focar recursos em áreas de maior densidade e demanda futura de transporte de cargas, optou-se pela divisão da malha da MRS em grandes segmentos, com a priorização, para o triênio 2011-2013, da rota de trens carregados entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta opção permitirá o aumento da capacidade de transporte de cargas e tem como principais objetivos de curto e médio prazo:

- ✓ Modernização do sistema de sinalização.
- ✓ Implantação de um novo centro de controle.
- ✓ Migração do sistema de comunicação por voz, da tecnologia analógica para digital
- ✓ Adoção de sistema de bordo aderente ao padrão americano denominado PTC (*Positive Train Control*), que integra várias soluções de automação e controle e que resultará em maior segurança operacional.

7. RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE

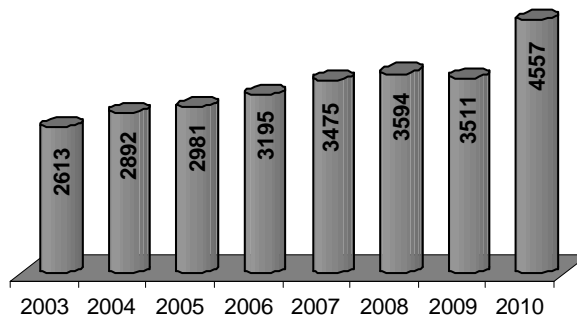
2010 foi um ano de grandes avanços na área de Recursos Humanos da MRS. Reduziram-se os acidentes pessoais e acidentes operacionais ferroviários, tanto em quantidade como em gravidade, além da manutenção da marca de nenhum acidente com impacto ambiental.

O índice de favorabilidade atingiu 74% na pesquisa de clima junto aos colaboradores, um crescimento de 7 pontos percentuais em relação à última pesquisa, realizada em 2008. Neste sentido, cabe destacar a assinatura do acordo coletivo com vigência de 2 anos, um evento inédito, comprovando a melhoria tanto nas relações sindicais quanto em relação aos colaboradores.



Em 2010, a MRS terminou o ano com um total de 4.557 colaboradores, sendo que, ao longo do ano, ocorreram 1.082 promoções, reforçando a política de valorização do pessoal interno. O quadro de Gerentes Corporativos sofreu uma importante reestruturação, buscando o foco no alinhamento à cultura e aos valores atuais da Companhia, bem como à nova orientação estratégica.

EVOLUÇÃO DE PESSOAL
Em quantidades de funcionários



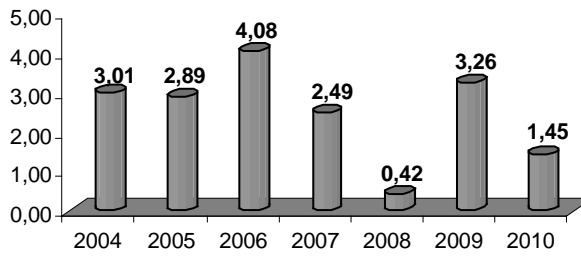
8. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Segurança do Trabalho:

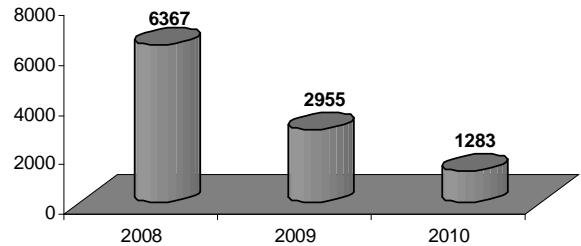
A taxa de frequência de acidentes com afastamento apresentou redução de 55% em relação ao ano anterior, sendo registradas apenas 13 ocorrências. Em relação aos dias de afastamento por acidentes de trabalho (dias computados), alcançou-se um novo recorde de 158 dias sem acidentes com afastamento, terminando o ano com 1.283 dias computados, número 59% abaixo da meta.



Taxa Frequencia (Com Afastamento)



Gravidade de Acidente do trabalho (Dias Computados)

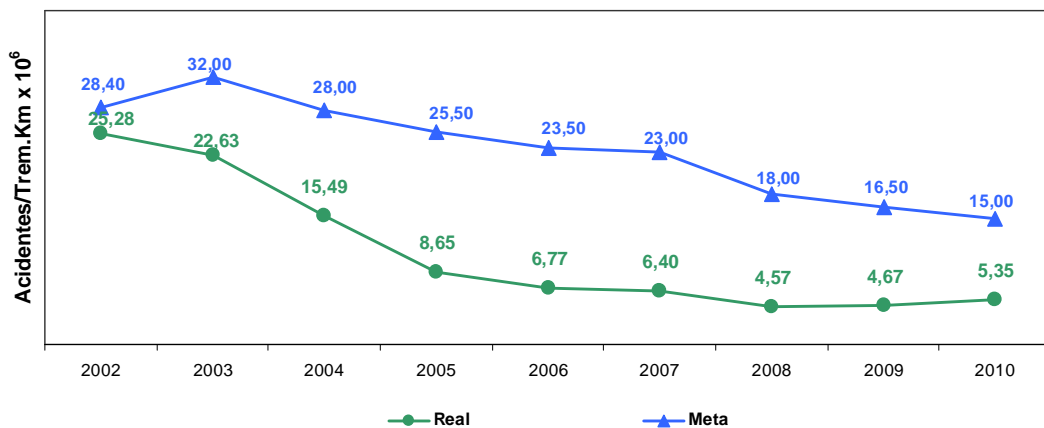


A melhoria do processo na aplicação de vários programas, que foram intensificados ou implantados em 2010, foi a grande responsável pelos resultados alcançados.

Dentre estes programas, podem ser destacados:

- Inspeções Planejadas: têm o objetivo de avaliar as instalações e documentações, garantindo condições adequadas de trabalho em conformidade com os requisitos legais. Em 2010, foi reestruturado o processo de monitoramento destas inspeções.
- Observação de Tarefas: avaliação comportamental e capacitação dos colaboradores durante a execução das atividades, para verificar o correto cumprimento dos procedimentos operacionais e de segurança. O programa foi reestruturado no ano de 2010 e houve grande aumento em sua aplicação nas áreas.

Acidente Ferroviário



- Registro de Desvio de Segurança: fonte de informação para adoção de medidas de controle, para prevenir e corrigir possíveis perigos e danos, iniciando-se no ano de 2010.
- Gestão de Riscos (Levantamento de Perigos e Danos - LPD): identificação, avaliação dos perigos e os danos associados às atividades desempenhadas na Companhia. A



partir da avaliação dos perigos, medidas de controle são estabelecidas e os colaboradores treinados. A metodologia aplicada no levantamento dos perigos e danos foi reavaliada, em 2010, tornando o programa mais eficaz no combate a acidentes.

- Programa de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas - PPAD: combate ao uso indevido de álcool e outras drogas na MRS. Os testes feitos classificam-se em: pré-admissional, aleatório, de acompanhamento ou pós tratamento, motivado e pré-funcional. Este Programa é fundamental para a segurança das operações e de extrema importância ao combate a acidentes.
- Procedimento de Saúde, Meio Ambiente e Segurança para Contratadas: foi estabelecida uma política, com diretrizes claras e detalhadas de saúde, meio ambiente e segurança, que visam maior aderência aos nossos valores, aplicáveis às companhias contratadas.

Segurança Operacional:

Pelo 13º ano consecutivo, a MRS cumpriu a sua meta de redução de acidentes, situando-se em patamar significativamente inferior ao limite estabelecido no Contrato de Concessão, ficando 72,1% melhor que a meta.

Realizou-se a vedação de 20 km da faixa de domínio, em prosseguimento ao programa de proteção da linha, que já totaliza 590 km de via protegida. Desde 1999, este programa busca não só reduzir as ocorrências de acidentes com terceiros, mas também garantir a integridade operacional e patrimonial das atividades ferroviárias.

Destaca-se, ainda, a construção de 3 passarelas de pedestres, implantadas nos municípios de Barra do Piraí, Pinheiral e Volta Redonda, todas no Estado do Rio de Janeiro.

O projeto de revitalização de passagens de nível críticas, que visa à adoção de um padrão de sinalização para as passagens de nível situadas ao longo da malha ferroviária, teve continuidade no ano de 2010, atendendo as normas de segurança vigentes.

Em 2010, foram realizadas 2.641 Blitzes e Campanhas Educativas nas principais passagens de nível, centros educacionais, comunidades e estabelecimentos comerciais, com distribuição de panfletos educativos.

Outras iniciativas também colaboraram para aumentar a segurança operacional, a saber:

- Mapeamento de trechos críticos: para reduzir os acidentes por atropelamento e abalroamento, através de ações de melhoria nos pontos mapeados e instalação de 3 câmeras de vigilância para monitoramento das passagens.
- Programa Corporativo de Observação de Tarefas: visando à redução de acidentes por falha operacional, através de auditorias para verificação do cumprimento de procedimentos operacionais. Como exemplo, tem-se a realização do evento “Força Tarefa”, formado por uma equipe multidisciplinar, que faz um mutirão de auditorias nas áreas operacionais. Foram auditados 3.255 colaboradores operacionais, em mais de 130.000 itens de verificação.



- Projeto Cerca Eletrônica: tem o objetivo de combater avanços de sinal, através do monitoramento do posicionamento dos trens na malha da MRS, com utilização do sistema de GPS. A primeira etapa, concluída em 2010, representou a implantação no trecho da Ferrovia do Aço, sendo o sistema instalado em 50 locomotivas. Estes trens estão protegidos e, caso o maquinista descumpra o limite da licença ou ultrapasse a velocidade máxima autorizada no trecho, o trem é penalizado automaticamente.
- Programa Segurança na Malha: para reduzir acidentes que têm como causa problemas de manutenção. Através da realização de inspeções periódicas nos pátios da MRS, verificam-se as condições da via permanente e definição e execução de ações de bloqueio. Tais inspeções extrapolam os limites da via permanente, sendo executadas também em terminais de clientes, para evitar ocorrências durante a operação de carga ou descarga.

Além de todas as iniciativas descritas acima, a Companhia segue fortalecendo sua cultura de segurança, através da implementação de uma forte rotina de reuniões, com a presença da Diretoria e Presidência, tendo como objetivo a discussão acerca das causas dos acidentes, bem como a definição de ações de bloqueio e a simples – porém efetiva – troca de experiências entre as áreas. Outra ação importante refere-se às palestras de conscientização que, em 2010, atingiram um público de 2.252 colaboradores da MRS e 574 colaboradores de empresas contratadas. Ainda em 2010, foram organizados Encontros de Segurança para a Liderança, com o objetivo de promover a conscientização do quadro de líderes. Foi elaborado um Vídeo de Sensibilização de Segurança, assistido por 100% dos colaboradores da Companhia.

Meio Ambiente:

Depois de ser a primeira ferrovia brasileira, após a concessão, a obter a Licença Ambiental de Operação de sua malha ferroviária, a MRS, em 2010, consolidando sua posição com relação às questões ambientais, recebeu a renovação da Licença de Operação da malha ferroviária, unificando as licenças da Linha do Centro e Ferrovia do Aço. A Companhia continua avançando em seus projetos de licenciamento ambiental, obtendo licenças referentes aos complexos de oficinas de Conselheiro Lafaiete e Horto Florestal.

Ações como a recuperação de 5.700 m² de áreas degradadas em Alfredo Vasconcelos e Barbacena, em Minas Gerais, e o plantio de aproximadamente 9.500 mudas nas áreas de mata ciliar, no trecho compreendido entre Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete, foram constantes durante o ano, contribuindo cada vez mais para a sustentabilidade do negócio.

Consolidaram-se contratos com empresas especializadas na gestão de resíduos, realizando o gerenciamento desde a geração até a disposição final.

Como ferramentas de gestão da rotina, a Companhia atuou durante todo o ano de 2010 nos processos de:

- Inspeções periódicas: realizadas rotineiramente pelos técnicos de meio ambiente nos sites de atuação.
- Auditorias internas: verificação de atendimento aos procedimentos e padrões internos.
- Gestão de Riscos: levantamento de Aspectos e Impactos ambientais (LAI).



- Registro de Desvio Ambiental: controle das ações de rotina ou emergenciais que possam trazer impactos ambientais.

Além disso, através da revisão dos requisitos para contratadas, buscou-se influenciar parceiros e contratadas com relação à responsabilidade ambiental, passando a exigir destes, além dos requisitos legais, os seguintes itens:

- Responsável legal: indicar preposto para assuntos relativos ao meio ambiente.
- Treinamento: promover treinamentos, palestras e emitir ordens de serviço aos seus empregados, relativos ao meio ambiente, com emissão de evidências à MRS.
- Responsável técnico: a partir de 100 colaboradores executando atividades em contrato na MRS, deverá ter um responsável pela área de meio ambiente, com formação na área de atuação.

Outro passo importante dado em relação à responsabilidade ambiental foi a revisão do Plano de Atendimento às Emergências com trens de cargas perigosas e a contratação de duas empresas especializadas no atendimento às emergências ambientais, cobrindo assim toda a malha ferroviária.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2010, realizaram-se relatórios sócios ambientais nas regiões de Juiz de Fora (MG), Barra do Piraí (RJ) e São Paulo (SP), englobando 10 municípios críticos. A partir das análises feitas, foi criado o Comitê MRS Sustentável, com o objetivo de definir diretrizes e políticas, planejando de forma integrada e priorizando ações em função dos pontos de risco, validando aplicação de recursos de investimentos sociais e culturais para maior eficácia no processo de gestão das relações com o público e a comunidade.

Houve aumento de 35% do número de beneficiários dos projetos sociais selecionados para 2011, em relação aos projetos executados em 2010.

Diversos projetos sociais internos de integração foram mantidos, reunindo colaboradores e familiares, buscando melhoria de clima organizacional e fortalecimento da cultura de segurança ferroviária, com foco em prevenção e qualidade de vida. Com isso, conquistamos crescimento de 7 pontos percentuais na Pesquisa de Clima Organizacional, conforme já destacado anteriormente.

Os principais destaques no crescimento da pesquisa estão relacionados à melhoria na percepção da cultura de segurança e condições de trabalho na Companhia, além dos projetos sociais e qualidade de vida.

Entre os projetos sociais internos da MRS, destacam-se:

- Parceiros em Segurança: fortalece a cultura de segurança no ambiente organizacional, estimulando reflexões da família como um parceiro importante na prevenção de acidentes, através de temas relacionados ao risco no trabalho: Orçamento Familiar, Política de Prevenção ao uso Indevido de Álcool e outras Drogas e qualidade do sono entre jornadas.



- Família no Trem: busca-se sensibilizar as esposas para a realidade de trabalho dos maquinistas, ressaltando a necessidade de segurança e o papel da família no bem estar e no seu adequado descanso, através de uma viagem de trem juntamente com o seu esposo.
- Copa MRS: promove a integração das diversas áreas da Companhia, utilizando como meio a atividade esportiva, melhorando as relações pessoais e entre as áreas.

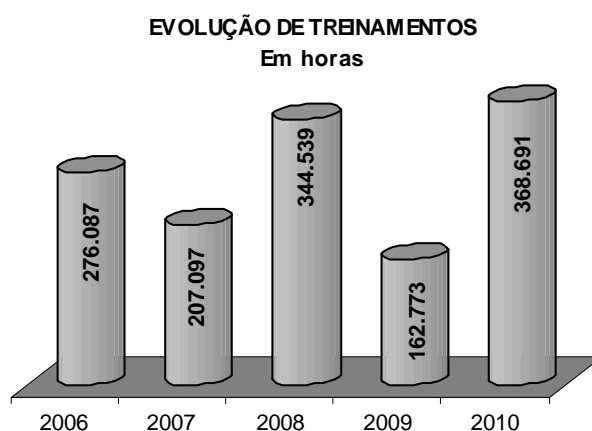
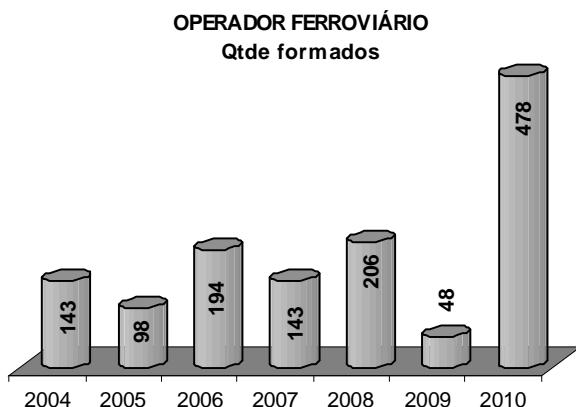
Além destes projetos, foram realizados 6 grandes eventos de confraternização, todos em áreas de concentração ferroviária: Conselheiro Lafaiete, Juiz de Fora, São Paulo, Barra do Piraí e Rio de Janeiro, reunindo aproximadamente 8.000 participantes, entre colaboradores e familiares numa grande festa de final de ano.

10. DESENVOLVIMENTO DE RH

Reestruturou-se a Academia MRS, que passou a funcionar com cinco escolas: Operação, Manutenção, Mercadológica, Suporte ao Negócio e Liderança. O projeto tem como objetivo revisar os requisitos requeridos na ocupação dos cargos, de tal modo a estruturá-los em trajetórias de desenvolvimento, com mapas de capacitação.

Outro grande marco para capacitação de mão de obra ferroviária, e que a MRS é parte integrante, refere-se ao Comitê de Gente, constituído por profissionais de RH das ferrovias brasileiras e ANTF, que, junto com o SENAI Nacional e FIEMG, desenharam perfis profissionais e grades curriculares para qualificação de pessoas.

Foram formados pela Escola de Operação Ferroviária, em parceria com o SENAI, mais de 450 operadores ferroviários para contratação, como Auxiliar de Maquinista.



Em 2010, também destaca-se a Turma de Aprendizagem em Processos Administrativos para Pessoas com Deficiência (Pcd), desenhada sob Modelo Dual, sendo uma etapa no SENAI e outra de estágio na MRS.

Além disso, continuam ocorrendo os cursos de Aprendizagem Industrial Ferroviária, a Escola de Tecnologia Ferroviária, em parceria com o IME (Instituto Militar de Engenharia) e a Escola de Gerência, que prepara os gestores da Companhia para o desafio de fazer com que nossas equipes alcancem desempenhos diferenciados. Foram ministrados treinamentos de Relações Sindicais, Remuneração, Administração do Desempenho e Código de Ética.

Em 2010, a MRS realizou o 7º Programa de Trainees de Nível Superior e já aprovou sua 8ª versão, além do primeiro programa de Jovens Engenheiros, ambos para 2011.

11. SISTEMAS DE GESTÃO MRS

Em 2010, 78,8% das metas corporativas foram atingidas, que têm foco em Sustentabilidade, Satisfação do Cliente e Custos.

O processo de desdobramento e monitoramento de metas da Companhia foi totalmente reestruturado, para garantir o foco no resultado, desde a alta administração até a base



operacional. Utilizando-se a metodologia do Gerenciamento pelas Diretrizes – GPD, garantiu-se que o desdobramento das metas sustente as metas corporativas da Companhia.

Televisões Corporativas foram instaladas em áreas estratégicas de grande circulação de colaboradores, para divulgação dos resultados com o objetivo de que sejam de conhecimento de todo o público interno e que cada um sinta-se parte, comprometendo-se com seu atendimento. O mesmo conteúdo foi disponibilizado também na página da Intranet da Companhia.

Outras iniciativas foram desenvolvidas para reforçar o novo modelo de gestão, garantindo alinhamento e direcionamento de todos para resultados comuns, como a Convenção de Resultados e Gestão – CONVERGE, com participação de 100% dos gestores e representantes dos demais colaboradores.

Adicionalmente, implantou-se um programa motivacional chamado “Olimpíadas MRS”, voltado para a base operacional, com foco em cumprimento dos procedimentos operacionais e de segurança e em indicadores de rotina que garantem a sustentabilidade dos resultados já alcançados.

12. ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

As previsões mais otimistas para o mercado ferroviário se confirmaram e 2010 ficou marcado como um ano de importantes realizações para a MRS. Com planos ousados de crescimento, a Companhia ajustou processos, introduziu mudanças operacionais e firmou parcerias decisivas, para ampliar sua capacidade de produção.

Em setembro, a MRS assinou com a GE Transportes Ferroviários S.A. (GETF) contrato para aquisição de 115 locomotivas tipo AC44, que serão fabricadas na planta de Contagem, em Minas Gerais. Trata-se de um dos maiores contratos da indústria ferroviária mundial e a maior aquisição de locomotivas feita pela MRS, de uma só vez. A previsão é de entrega de noventa locomotivas em 2011 (30 de contratos anteriores e 60 do atual) e das 55 restantes, no período 2012 a 2015.

Para atender a demanda crescente por transporte ferroviário, além das locomotivas, outros investimentos foram realizados, como ampliação e construção de pátios, duplicação de linhas e mudança no modelo de operação dos trens.

Para minimizar os gargalos logísticos no Estado de São Paulo, deu-se início, em dezembro, à implantação do Projeto da Segregação das linhas ferroviárias de passageiros e cargas, num trecho de 12 quilômetros, entre Manoel Feio (Itaquaquecetuba) e Suzano (leste da Região Metropolitana de São Paulo). Desenvolvida em conjunto com a CPTM, a iniciativa é parte da solução integrada de transposição de São Paulo (Ferroanel) e consiste na construção de uma nova via férrea, exclusiva para o transporte de cargas da MRS, paralela às linhas existentes, dentro do limite da faixa de domínio ferroviária.

Depois de anos de estudos, o início da realização deste projeto é um marco relevante para a ferrovia no Estado, pois elimina um importante gargalo logístico e começa a resolver, de forma estruturada e definitiva, a convivência do transporte de carga e passageiro em São Paulo. Meses antes, a MRS já havia anunciado investimento de R\$ 130 milhões em aquisição de novas locomotivas de cremalheira, para aumentar a capacidade de movimentação na serra de



Santos de 8 para 24 milhões de toneladas/ano, podendo chegar a 56 milhões em uma segunda fase.

Outro passo importante para a expansão das nossas operações foi a parceria comercial firmada com a Contrail – empresa controlada pela Estação da Luz Participações (EDLP), que deverá no médio prazo se tornar o maior contrato de transporte de contêineres do Brasil. A proposta é transferir para a ferrovia o transporte de 1,2 milhões de TEUS, o equivalente a 45% da movimentação deste tipo de carga no Porto de Santos, feita, atualmente, por caminhões.

A expectativa é de que os negócios no setor ferroviário continuem aquecidos. De acordo com perspectivas recentes divulgadas por analistas, os mercados de minério de ferro e siderúrgico – que, em 2010, retomaram a produção aos mesmos níveis anteriores à crise de 2008 – continuarão vivendo momentos favoráveis em 2011, assim como o agronegócio e a construção civil. As boas perspectivas para estes segmentos refletem-se diretamente no transporte ferroviário de carga e, conseqüentemente, nos planos de negócios da MRS, que continuará inovando e se preparando para atender a demanda presente e futura e fortalecer o setor ferroviário brasileiro.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício de 2010, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias anuais e revisões trimestrais.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria, a não ser os mencionados no parágrafo acima.